

LANDON LOCKETT

**USO DO INFINITIVO NUM CORPUS DE
PORTUGUÊS COLOQUIAL BRASILEIRO**

**MARÍLIA
1969**

P R E F Á C I O

Este trabalho foi originalmente redigido em inglês, como tese de doutorado em Linguística, apresentada à Universidade do Texas em Austin. Foi depois traduzido para o português pela Sr.^a Dorothea Breslau Severino.

Desde que três dos membros da comissão examinadora não sabiam português, o trabalho original traz em sua Introdução algumas explicações sobre o infinitivo pessoal e o sistema de pronomes da língua portuguesa. Estas explicações aparecem, também, na versão portuguesa, já que contém definições específicas que se aplicam ao restante do trabalho.

Desejo expressar minha gratidão a meu orientador, Prof. Dr. Ernest F. Haden, pelo estímulo e orientação que me proporcionou na elaboração da presente tese. Quero também agradecer aos membros da comissão orientadora, Dr. Stanley N. Werbow, Dr. Fred P. Ellison, e Dr. Peter F. Abboud, por suas valiosas sugestões e direção não só no preparo do presente trabalho, como também durante meus estudos de Linguística. Agradeço particularmente ao Dr. Fred P. Ellison por seu auxílio na época em que estudei e ensinei Português e por ter dado início à pesquisa na qual se baseia a presente tese. Desejo ainda expressar meu reconhecimento ao "Joint Committee on Latin American Studies of the Social Science Research Council" do "American Council of Learned Societies" por seu apoio financeiro na coleção de um CORPUS de Português coloquial falado no Brasil.

Agradeço também a meus informantes e particularmente à Sr.^a Dorothea Severino por sua generosa cooperação na capacidade de consultora nativa. Desejo também agradecer à Sr.^{ta} Glee Ingram que me ajudou a gravar o corpus e à Da. Terezinha Quadros Toosi que o transcreveu.

Abril de 1968.

*Landon Lockett
Department of Spanish and Portuguese
The University of Texas at Austin
Austin, Texas — U.S.A.*

ÍNDICE

PREFÁCIO	121
INTRODUÇÃO	
"Corpus"	125
Método de análise	126
Organização dos dados	127
Infinitivo pessoal	127
Pronomes	131
Estudos anteriores	132
CAPÍTULO I: INFINITIVO COMO SUJEITO OU PREDICATIVO	
Infinitivo como sujeito de verbos que não o verbo <i>ser</i>	135
Infinitivo como o verbo de ligação <i>ser</i>	135
Sujeito expresso	140
CAPÍTULO II: INFINITIVO COMO OBJETO DE VERBO	
Verbos regentes do grupo A	142
Verbos regentes do grupo B	149
CAPÍTULO III: INFINITIVO REGIDO POR PREPOSIÇÃO	
Sujeito expresso	157
Funções das frases preposicionais	159
Ordem das palavras em frases preposicionais	170
CAPÍTULO IV: USOS VÁRIOS DO INFINITIVO	
Substantivo infinitivo	173
Infinitivo apôsto	174
Infinitivo como imperativo	174
Infinitivo com pronome ou advérbio relativo	174
Frases infinitivas isoladas	176
Infinitivo modificando sentença	177
Infinitivo em lugar de verbo finito ou particípio	177
SUMARIO E CONCLUSÕES	
Frequência do uso de cada função	179
Sujeito expresso	180
Infinitivo em lugar de verbo finito ou particípio	188
BIBLIOGRAFIA	191

INTRODUÇÃO

Corpus

O *corpus* é constituído de três conversas gravadas em fita magnética. Dois informantes participaram de cada uma das conversas, que tiveram a duração de uma hora cada. As gravações foram feitas em Austin, Texas, sendo todos os informantes brasileiros natos que estavam freqüentando a Universidade do Texas na época.¹ Quatro informantes entre vinte e trinta anos, todos tendo freqüentado algum curso superior, participaram das palestras. Dois eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. Eram respectivamente do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Marília (Estado de S. Paulo). O informante de Belo Horizonte tomou parte nas três conversas formando par com cada um dos outros informantes. Embora o *corpus* seja constituído de quatro dialetos diferentes, êle é tratado como um todo, não havendo a preocupação, nesta análise, de levar em conta diferenças dialetais. O *corpus* é apenas considerado uma amostra da língua falada por jovens brasileiros cultos, de centros urbanos, quando palestram informalmente, apesar de os parceiros em cada conversa serem de regiões diferentes.

As gravações foram feitas na casa do autor, em circunstâncias muito informais. Os dois informantes sentavam-se e recebiam uma lista de tópicos que poderiam abordar. Isso foi feito com o intuito de facilitar o início da conversa e não de limitar os assuntos. A única restrição foi o pedido de que mantivessem a conversa intracultural, isto é, que se ativessem a assuntos relacionados com o Brasil. Uma vez principiada a conversa, não houve mais interrupção por parte do autor,

(1) As gravações foram feitas pelo autor e Srt.ª Glee Ingram com a subvenção do Joint Committee on Latin American Studies of the Social Science Research Council-America Council of Learned Societies, para a Primeira Fase do Projeto para o Desenvolvimento de um Livro Didático Básico de Nível Universitário para a Aprendizagem do Português do Brasil; 1964-65.

nem mesmo quando os limites intraculturais eram, algumas vezes, ultrapassados.

Embora os informantes soubessem que as gravações estavam sendo feitas, as palestras parecem denotar um caráter altamente espontâneo. Como é natural, os participantes hesitavam um pouco, incertos sobre qual o tópico a abordar, mas logo encontravam um assunto e esqueciam-se do microfone. Muitas vezes eles continuavam falando mesmo depois de terminada a fita e desligado o gravador. Numa das conversas os informantes até tiveram uma discussão acalorada que culminou com o seguinte diálogo:

INFORMANTE A: Você acha melhor a gente mudar um pouco?

INFORMANTE B: Você quer brigar? Depois a gente muda de assunto!

Método de análise

As fitas magnéticas assim coligidas foram transcritas, em ortografia convencional, por uma brasileira da Bahia. Cada ocorrência de infinitivo foi registrada em uma ficha separada, exceto quando dois ou mais infinitivos coordenados apareciam em uma mesma construção, com a mesma função sintática, sendo então os infinitivos registrados numa só ficha. Um total de 1.113 fichas foi coligido. O número de fichas correspondente a cada função, e a cada subclassificação de uma determinada função, será indicado no decorrer da presente análise. A fim de determinar as funções dos infinitivos coligidos, usamos o critério básico de verificar o que poderia substituir o infinitivo em cada caso. Os infinitivos que ocorrem nas respectivas funções também foram subclassificados com base na substituição, sempre que este método fôsse viável. Todavia, outros critérios de análise, tais como o das estruturas subjacentes, o do significado, bem como o da simples enumeração dos itens lexicais existentes, foram utilizados livremente sempre que estes meios possuíam valor descritivo. Consultamos outra brasileira, Da. Dorothea Severino, em caso de dúvida, referente às possíveis substituições e estruturas subjacentes.

Devido ao grande número de funções do infinitivo que se encontram neste *corpus* relativamente curto, acontece frequentemente que há poucos exemplos de uma certa função ou subclassificação. Dado este fato, não é possível fazerem-se afir-

mações descritivas gerais a respeito de uma função nessas condições, sem lançar-se numa pesquisa à parte ou coligir um corpus mais extenso. Portanto, embora nos tenhamos esforçado em apresentar afirmações aplicáveis ao Português coloquial do Brasil, de maneira geral, o leitor deve compreender que exceções poderiam ser encontradas num *corpus* mais vasto e que as afirmações têm validade absoluta apenas no âmbito do *corpus* aqui empregado.

No decorrer dêste trabalho apresentamos exemplos que ocorrem no corpus. Êstes aparecem numerados (1), (2), (3), etc. Por duas razões alguns exemplos são apenas fragmentos e não sentenças completas: ou porque omitimos partes irrelevantes, ou porque o próprio informante deixou de terminar a sentença. Além dos exemplos tirados do *corpus* há outros inventados. Êstes serão identificados com as letras (a), (b), (c), etc. Não são tratados como parte do *corpus*, e só se usam nos casos em que são necessários para ilustrar uma determinada explicação e quando não há exemplos apropriados no próprio *corpus*. Uma consultora brasileira examinou todos os exemplos dêste tipo, certificando-se de sua correção gramatical. O infinitivo em foco sempre aparecerá sublinhado (——) e, sempre que necessário, o verbo regente virá assinalado com uma linha pontilhada (.....)

Organização de dados

Os dados da pesquisa foram analisados em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da função do infinitivo como sujeito de verbo ou predicativo; o segundo capítulo trata da função do infinitivo como objeto de verbo e o terceiro do infinitivo regido por preposição. 96% das ocorrências são do tipo estudado nos três primeiros capítulos. O quarto capítulo, intitulado “Usos Vários do Infinitivo”, trata das funções encontradas nos restantes 4% de ocorrências de infinitivo. Além do estudo de cada uma das funções, foi apresentada uma descrição da ordem das palavras e o emprêgo do infinitivo pessoal, de acôrdo com a função focalizada. Um sumário geral do uso do infinitivo pessoal como se evidenciou no *corpus* aqui utilizado, consta do capítulo intitulado “Sumário e Conclusões”.

Infinitivo Pessoal

O Português é a única língua românica cujo infinitivo admite, em determinadas circunstâncias, flexão de pessoa e

número. Tradicionalmente a forma que não admite flexão é denominada infinitivo impessoal enquanto a forma flexionada recebe o nome de infinitivo pessoal. As flexões são regulares e seguem o paradigma abaixo:

Infinitivo Impessoal

falar

Infinitivo Pessoal

	Singular	Plural
1. ^a Pessoa	<i>falar</i>	<i>falarmos</i>
2. ^a Pessoa	(<i>falares</i>)	(<i>falardes</i>)
3. ^a Pessoa	<i>falar</i>	<i>falarem</i>

O paradigma para o Português coloquial do Brasil é o mesmo, exceto que as formas da segunda pessoa, que aparecem entre parêntesis, não são usadas.

No presente estudo a terminologia tradicional de “pessoal” e “impessoal” foi abandonada pelas seguintes razões: a terminologia dá margem a confusão, já que as formas da 1.^a e 3.^a pessoa do singular (no caso do Português coloquial do Brasil *tôdas* as formas do singular) do infinitivo pessoal são morfológicamente indistintas do infinitivo impessoal. Dever-se-iam considerar as formas da 1.^a e 3.^a pessoa do singular impessoais por não possuírem terminações aparentes ou deveriam ser consideradas pessoais com terminação zero?² Vejamos os seguintes exemplos:

- (a) Isso é para êle *fazer*.
- (b) Isso é para êles *fazerem*.

Se determinarmos que apenas as formas com terminações aparentes são pessoais, teremos que classificar o infinitivo na sentença (a) como sendo impessoal, enquanto o infinitivo na sentença (b) seria pessoal, embora a única diferença entre ambas seja o número. Por outro lado, se considerarmos que as formas da 1.^a e 3.^a pessoa do singular são pessoais com terminação zero, então nos defrontamos com o problema de decidir se um determinado infinitivo, destituído de terminação

(2) Sten (1952), p. 89; Moffatt, p. 36.

aparente, é pessoal ou impessoal. Consideremos as seguintes frases:

- (c) Vou *fazer* isso.
- (d) Tenho alguma coisa para *fazer*.
- (e) Não há nada para *fazer*.
- (f) Não há nada para se *fazer*.
- (g) Vou te dar alguma coisa para *fazer*.

Aqui, ao tratar dêsses exemplos de fala coloquial, que constituem uma amostra limitada da variedade de casos possíveis, teremos que determinar em cada uma das frases se o infinitivo *fazer* possui terminação zero. Do contrário, quando aplicamos o termo “infinitivo pessoal” não sabemos a qual das formas *fazer* nos estamos referindo.

Talvez não fôsse difícil reconciliar as sentenças acima bem como quaisquer outras a elaborar um método que nos mostrasse, em cada caso, se um certo infinitivo é ou não pessoal. No entanto se êste fôsse nosso objetivo, teríamos que examinar acima de tudo o contexto e não as terminações (que em geral não são aparentes) a fim de efetuar a análise. Portanto, parece que a solução mais simples seria tratar do conceito de pessoal *versus* impessoal principalmente em relação ao contexto e não quanto à presença ou ausência de flexões. Pelo menos pelas seguintes razões essa parece ser a melhor solução para o Português coloquial do Brasil: em primeiro lugar, como já foi dito, as tradicionais formas da 2.^a pessoa não são usadas, de modo que apenas as formas do plural possuem flexões aparentes de pessoa. Naturalmente o número de terminações zero aumentaria se tratássemos do problema só em termos de flexões. Em segundo lugar, uma das principais áreas de diferenciação entre o Português coloquial do Brasil e o Português literário é a área do emprêgo do pronome. Embora tradicionalmente o uso de um substantivo ou pronome para indicar sujeito de um verbo seja optativo, a tendência do Português coloquial do Brasil é de empregar um substantivo ou pronome subjetivo na maioria dos casos.³ Essa tendência manifesta-se com o infinitivo pessoal e com verbos finitos, de maneira que, como demonstra o *corpus* utilizado

(3) Vide Thomas (1966), p. 281.

para a presente pesquisa, o infinitivo com terminação aparente é quase sempre precedido por um redundante substantivo ou pronome no plural indicando o sujeito do infinitivo. Da mesma forma, em sentenças estruturalmente paralelas às que têm um infinitivo com terminação aparente, mas que diferem dessas pelo seu sujeito ser singular e por isso impossibilitar a ocorrência de uma terminação aparente, a tendência no Português coloquial do Brasil é de indicar o sujeito com um substantivo ou pronome, como ocorre no exemplo (a) na página 128. Este exemplo é, como se pode ver, estruturalmente paralelo a (b) cujo sujeito está no plural. Naturalmente não podemos afirmar categoricamente que um substantivo ou pronome subjetivo precede a forma singular do infinitivo sempre que o infinitivo seja considerado de alguma forma “pessoal”, ou mesmo que ele preceda o infinitivo singular nos casos em que êsse infinitivo aparece numa sentença estruturalmente paralela a uma contendo um infinitivo com flexão aparente. No entanto, acreditamos que, com relação ao problema do infinitivo pessoal *versus* impessoal, pelo menos na fala coloquial do Brasil, a presença ou ausência de um substantivo ou pronome subjetivo é um fator de grande importância do contexto em que o infinitivo ocorre.

Em vista dessa situação no Português coloquial, do Brasil, em que o que se pode chamar de infinitivo “pessoal” é assinalado no plural por um substantivo ou pronome subjetivo, bem como por uma terminação aparente, e no singular é assinalado *apenas* por um substantivo ou pronome desse tipo, a terminologia “pessoal” e “impessoal” será abandonada no presente estudo e o conceito será descrito em primeiro plano em relação à existência de um sujeito expresso precedendo o infinitivo⁴, e em segundo plano em relação à existência de uma flexão aparente. Assim, o termo “sujeito expresso” referir-se-á a um substantivo ou pronome subjetivo que precede um infinitivo dentro de uma frase infinitiva⁵, e um infinitivo será denominado “flexionado” somente quando apresenta uma flexão de pessoa e número. Quando nos referirmos a um infinitivo com sujeito expresso e êsse sujeito está no plural, será pressuposta a existência da respectiva terminação, salvo indi-

(4) Vide Schnerr, p. 67; Maurer, pp. 26, 29.

(5) Neste trabalho usamos a expressão frase infinitiva para nos referir ao próprio infinitivo mais qualquer outra palavra que a êle se junte em função de sujeito ou complemento. Assim na sentença *Eu pedi para o guarda trazer o dinheiro logo, o guarda trazer o dinheiro logo* seria uma frase infinitiva, e o *guarda* seria o sujeito expresso do infinitivo.

cação contrária. Finalmente, as observações acima foram feitas com o fim de definir os termos usados nesse trabalho para tratar do problema do infinitivo pessoal, e, em segundo lugar, a fim de explicar as razões que nos levaram à adoção de tais termos. Elaboraões mais detalhadas acêrca da ocorrência do sujeito expresso no *corpus* desta pesquisa constarão dos próximos capítulos.

Pronomes

O Português coloquial do Brasil, pelo menos como evidenciado no *corpus* do presente trabalho, apresenta duas séries de pronomes para indicar o sujeito e o objeto direto ou indireto de um verbo. Referir-nos-emos à primeira série como sendo pronomes subjetivos e à segunda série como sendo pronomes obliquos.

Pronomes Subjetivos

	Singular	Plural
1. ^a pessoa	<i>eu</i>	<i>nós</i>
2. ^a pessoa (Informal)	<i>voçê</i>	<i>voçês</i>
2. ^a pessoa (Formal)	o senhor a senhora	os senhores as senhoras
3. ^a pessoa	<i>êle</i> <i>ela</i>	<i>êles</i> <i>elas</i>

Pronomes Obliquos

	Singular	
	Objeto Indireto	Objeto Direto
1. ^a pessoa	<i>me</i>	<i>me</i>
2. ^a pessoa	<i>te</i>	<i>te</i>
3. ^a pessoa	—	<i>o</i> <i>a</i> <i>se</i>

	Plural	
	Objeto Indireto	Objeto Direto
1. ^a pessoa	<i>nos</i>	<i>nos</i>
2. ^a pessoa	—	—
3. ^a pessoa	—	<i>os</i> <i>as</i> <i>se</i>

De acôrdo com a gramática tradicional alguns do pronomes subjetivos não são usados como objeto direto em Português literário. Entretanto, no Português coloquial todos os pronomes subjetivos podem indicar tanto o sujeito como o objeto direto, excetuando-se o pronome da primeira pessoa do singular *eu*.

Os pronomes oblíquos são empregados apenas para indicar o objeto direto ou indireto e os únicos que são usados com freqüência na fala coloquial do Brasil são as formas da 1.^a e 2.^a pessoa e a forma reflexiva da 3.^a pessoa, *se*. As demais formas da 3.^a pessoa (*o, a, os, as*) são evitadas mas ocorrem algumas vêzes depois de um infinitivo. Quando isso acontece há uma mudança morfo-fonêmica que se grafa da seguinte maneira:

fazer + o → fazê-lo

A forma *se* também pode ser empregada para indicar o sujeito indeterminado de um verbo finito ou de um infinitivo.⁶

Deve ser assinalado que o único propósito do comentário acima é explicar a terminologia adotada no presente trabalho e não deve ser tomado como o produto de análise exaustiva do emprêgo dos pronomes no Português coloquial do Brasil.⁷

Estudos anteriores

Não há nenhuma obra que trate, de maneira geral, da sintaxe do infinitivo no Português coloquial do Brasil, nem tampouco qualquer obra completa, até o presente momento, que corresponda a uma tentativa de analisar a sintaxe do Português coloquial do Brasil de forma integral.⁸ Os trabalhos de Thomas (1961 e 1966) acentuam a crescente diver-

(6) Vide Schnerr, p. 64.

(7) Para maior esclarecimento acêrca do emprêgo do pronome no Português coloquial do Brasil vide Thomas (1961 e 1966).

(8) Depois da preparação deste trabalho apareceram duas obras muito importantes: Thomas, Earl W. *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*, Vanderbilt University Press, Nashville, Tennessee, 1969. Maurer, Theodoro Henrique, Jr. *O Infinitivo Flexionado Português*, São Paulo, 1968.

gência entre o atual Português falado no Brasil e o Português literário tradicional, e assinalam algumas áreas, tal como a do emprêgo do pronome, em que a diferença entre a língua falada e a escrita é particularmente acentuada. No entanto o seu tratamento do infinitivo relaciona-se principalmente com a tendência do Português falado de usar o infinitivo pessoal para evitar o emprêgo do substantivo. Duas gramáticas de cunho didático recentemente publicadas, *Modern Portuguese* e *Português Contemporâneo*, dão maior ênfase ao Português falado do que as gramáticas do passado. Em especial, os capítulos referentes ao infinitivo pessoal refletem uma análise da língua falada, além de apresentarem algumas das regras tradicionais. No entanto, essas obras não contêm nenhum esquema geral das funções do infinitivo, e nem sempre fazem distinção entre a língua falada e a literária.

Excetuando-se os estudos de Thomas e as gramáticas de cunho didático, os trabalhos existentes acêrca do infinitivo tratam quase exclusivamente do Português literário; nêles encontra-se, apenas de passagem, algum comentário referente ao Português coloquial do Brasil.⁹

Os estudos acêrca do emprêgo do infinitivo no Português literário tendem a focalizar quase unicamente a questão do infinitivo pessoal, sem tratar das funções do infinitivo em geral. Normalmente pretendem ocupar-se do problema frustrador de estabelecer regras para o emprêgo do infinitivo pessoal¹⁰ e, muitas vêzes, essas regras caracterizam-se por seu tom prescritivo.¹¹ A obra de Sten (1952) apresenta o melhor esquema descritivo das funções sintáticas do infinitivo no Português literário. Todavia, mesmo nesse artigo o objetivo de Sten constitui a descrição da ocorrência do infinitivo pessoal e impessoal, e o autor aplica uma análise funcional apenas como estrutura para seu estudo. Além do mais, a análise funcional adotada por Sten não se baseia em pesquisa da língua portuguêsã por parte do autor, mas é o resultado da aplicação do esquema elaborado por Sandfeld em sua obra genérica intitulada *L'infinitif* ao Português. Outra análise funcional do infinitivo no Português literário encontra-se em Bechara¹² mas, como sua obra é uma gramática geral, sua análise não

(9) Vide Hampejs (1957), p. 188; Schnerr (1966), pp. 71, 78.

(10) Vide Maurer (1957).

(11) Nogueira, p. 12.

(12) Bechara (1963), pp. 289-301.

é tão extensa quanto a apresentada por Sten. Para finalizar, o recente artigo de Schnerr acêrca do infinitivo no Português do Brasil descreve uma série de usos do infinitivo como ocorrem em obras relativamente recentes da literatura brasileira, de modo que os empregos por êle descritos tendem a aproximar-se mais dos que ocorrem na fala colloquial do Brasil do que os descritos nas demais obras.

CAPÍTULO I

INFINITIVO COMO SUJEITO E PREDICATIVO

(54 FICHAS)

A primeira parte do capítulo que se segue descreve o emprêgo do infinitivo como sujeito de verbo que não o verbo de ligação *ser*. A segunda parte trata do infinitivo como sujeito e como predicativo do verbo *ser*. As subdivisões descrevem a ordem das palavras. A última parte diz respeito ao emprêgo do sujeito expresso com infinitivos que apresentam as funções aqui estudadas.

Infinitivo como sujeito de verbo que não o verbo ser
(7 fichas)

Quando um infinitivo precede o verbo na sentença êsse pode ser considerado sujeito de um verbo transitivo (1 ficha)

(1) Porque *colhêr* café não precisa —

Quando tanto o infinitivo subjetivo como o verbo regente são intransitivos a ordem é a seguinte (3 fichas):

VERBO REGENTE + INFINITIVO (SUJEITO DO INFINITIVO)

(2) Basta *chegar* uma pessoa, lá, com um pouquinho de imaginação.

Quando o verbo regente é intransitivo e o infinitivo é transitivo é seguinte a ordem (3 fichas):

VERBO REGENTE (SUJEITO DO INFINITIVO) INFINITIVO

(3) Compensa você *comer* em casa.

Infinitivo com o verbo de ligação ser (47 fichas)

A. Infinitivo como sujeito (26 fichas)

I — Infinitivo subjetivo ligado a adjetivos (15 fichas)

Quando um infinitivo aparece ligado a um adjetivo a ordem mais comum é a seguinte (11 fichas):

ser + ADJETIVO + INFINITIVO

(4) É impossível *comprar* adubo.

No entanto o infinitivo precede o verbo *ser* num caso em que a sentença principiada por um informante é completada por outro:

(5) Informante A: Também, fazer uma viagem para o Norte é...

Informante B: é muito mais difícil.

Se o infinitivo possui objeto direto, êste pode aparecer depois do infinitivo como no caso de (4) e (5) ou então pode ocorrer a seguinte ordem (2 fichas):

OBJETO DO INFINITIVO + *ser* + ADJETIVO + INFINITIVO

(6) Língua é difícil *aprender*.

Quanto às sentenças que seguem esta ordem, poder-se-ia dizer também que o infinitivo (*aprender* no exemplo acima) funciona como advérbio modificando *difícil* e que funciona como infinitivo subjetivo, tendo *língua* por seu objeto direto apenas na estrutura subjacente. Isso foi ressaltado pelo fato de que a consultora nativa, ao ser interrogada como modificaria o exemplo (6) se *língua* estivesse no plural, enunciou a seguinte sentença: *Línguas são difíceis de aprender*. Nesse caso *línguas* é, evidentemente, o sujeito pois a forma *difíceis* foi substituída por *difícil*, e a natureza adverbial de *aprender* foi revelada pela introdução da preposição *de*.

Os adjetivos ligados a um infinitivo relacionam-se todos com a possibilidade de executar uma ação ou com a qualidade boa ou má da ação.

difícil (4 fichas)	melhor (3 fichas)
fácil (3 fichas)	ótimo (1 ficha)
possível (2 fichas)	chato (1 ficha)
impossível (1 ficha)	

Um infinitivo subjetivo ligado a um adjetivo pode ser a estrutura subjacente do objeto de um verbo ¹ tal como abaixo:

(7) Você acha melhor a gente *mudar* um pouco?

A estrutura subjacente seria a seguinte:

Você acha isso?

É melhor a gente mudar um pouco.

→ Você acha melhor a gente mudar um pouco?

II — Infinitivo subjetivo ligado a um substantivo (11 fichas)

Quando um infinitivo subjetivo aparece ligado a um substantivo, êste é sempre indefinido e a ordem apresentada é sempre a seguinte (9 fichas):

ser + SUBSTANTIVO INDEFINIDO + INFINITIVO

(8) É um problema *lecionar*.

Todavia, se um infinitivo subjetivo aparece ligado a um pronome relativo, êste precede o verbo *ser* (4 fichas):

(9) Pode imaginar o que é *arranjar* hotel para onze?

B. Infinitivo como predicativo (18 fichas)

I — Infinitivo predicativo ligado a um substantivo (8 fichas)

O infinitivo predicativo jamais aparece ligado a um adjetivo. Quando ligado a um substantivo êste é sempre definido. Sete fichas apresentam a seguinte ordem:

SUBSTANTIVO DEFINIDO + *ser* + INFINITIVO

(10) Meu sonho é *morar* no Rio.

Entretanto uma ficha apresenta uma ordem diferente:

ser + SUBSTANTIVO DEFINIDO + INFINITIVO

(11) É a melhor coisa você *obrigar* a criança...

(1) Sten (1952), p. 119.

II — Infinitivo predicativo depois de *ser* (10 fichas)

O infinitivo predicativo pode aparecer depois do verbo *ser* sem por êle estar ligado a qualquer outra construção do mesmo período. Isto possibilita dois significados.²

1 — Pode referir-se de maneira geral a uma frase anterior (5 fichas):

- (12) Informante A: Dois cursos ao mesmo tempo.
Informante B: É *sobrecarregar* muito.

2 — Pode indicar necessidade ou ação apropriada na circunstância (5 fichas):

- (13) E quando não podia andar era *saltar* do carro e *empurrar* o carro.

A análise do emprêgo do infinitivo com o verbo *ser* segue o método da gramática tradicional, já que faz a distinção entre o infinitivo subjetivo e o infinitivo predicativo. Sendo que, com exceção de duas, tôdas as sentenças descritas acima apresentam um infinitivo que segue o verbo de ligação *ser*, poder-se-á perguntar qual a base para determinar que o infinitivo em certas sentenças é o sujeito e em outras o predicativo. Em primeiro lugar, nos casos em que o infinitivo aparece ligado a um adjetivo o infinitivo tem que *ser*, necessariamente, considerado o sujeito, pois um adjetivo não pode exercer essa função. Nos casos em que o infinitivo aparece ligado a um substantivo, parece que em tôdas sentenças, excepto uma, existe uma diferença na ordem. Isto é, quando o infinitivo é sujeito em tôdas as sentenças do presente corpus a ordem é a seguinte:

ser + SUBSTANTIVO + INFINITIVO

Por outro lado quando o infinitivo é predicativo a ordem apresentada em tôdas sentenças menos uma é:

SUBSTANTIVO + *ser* + INFINITIVO

- (14) Meu sonho é *morar* no Rio.

Portanto, parece que, pelo menos no presente corpus, o infinitivo subjetivo pode ser distinguido do infinitivo predica-

(2) Vide Schnerr, p. 65.

tivo meramente por meio da ordem das palavras. No entanto há uma sentença com a qual êste critério falha.

(15) É a melhor coisa você *obrigar* a criança a...

Embora esta sentença apresente a mesma ordem que as sentenças em que o infinitivo é o sujeito, a gramática tradicional classificaria o infinitivo de predicativo³, e isto foi confirmado pela intuição da informante que serviu de consultora dêste trabalho. Esta opinião baseia-se no fato de poder-se considerar que o exemplo (15) possui uma estrutura subjacente seguindo a ordem de (14), de tal modo que poderia ser expresso assim: *A melhor coisa é você obrigá-la a falar em casa*. Por outro lado o exemplo (8), no qual o infinitivo é o sujeito, não poderia apresentar esta mesma ordem (SUBSTANTIVO + *ser* + INFINITIVO) a não ser que fôsse usado em contexto diferente e com outro sentido.⁴ Em outras palavras, no Português coloquial do Brasil um substantivo *indefinido* (*um problema*) não pode preceder *ser* (exceto num contexto especial) numa sentença em que êle aparece ligado a um infinitivo, enquanto um substantivo *definido* (*a melhor coisa*) precede o verbo *ser*. Essa correlação entre a ordem das palavras e a qualidade definida ou indefinida do substantivo é constante em todo o "corpus". Isto é, sempre que um infinitivo aparece ligado a um substantivo indefinido, êste nunca precede *ser*, e a sentença é de tal natureza que a gramática tradicional classificá-la-ia como tendo um infinitivo subjetivo. Outrossim, sempre que um infinitivo aparece ligado a um substantivo definido, êste substantivo *sempre* precede *ser*, ou pode sofrer uma transformação que o faça preceder *ser*, e a sentença é de tal natureza que a gramática tradicional classificaria o infinitivo de predicativo.

C. Infinitivo com expressões de comparação 3 fichas)

Nas três sentenças o infinitivo aparece numa expressão de comparação como no exemplo que se segue:

(16) Para meu caso é muito melhor do que *fazer* uma coisa específica.

(3) Vide Sten (1952), p. 103).

(4) *Um problema é lecionar* está correto, no entanto apareceria num contexto diferente, numa enumeração de problemas compilada pela pessoa que fala.

Talvez a construção acima poderia ser analisada de tal forma que apresentasse a seguinte estrutura subjacente:

Fazer uma coisa específica é bom.

Isso é muito melhor

→ (Isso) é muito melhor do que fazer uma coisa específica.

Se esta análise fôr válida, o infinitivo que aparece numa expressão de comparação poderia ser considerado, pelo menos na estrutura subjacente, como sendo o sujeito de *ser* numa sentença em que o infinitivo está ligado a um adjetivo.⁵

Sujeito expresso

Em 7 das 54 ocorrências de infinitivo estudadas no presente capítulo o infinitivo possui sujeito expresso. Numa das sentenças o sujeito está no plural e o verbo apresenta flexão:

(17) Eurico, o negócio que tem é nós *estudarmos* um meio de nós tirarmos êsse carro, botar êle na lama...

Não parece haver motivo pelo qual o infinitivo não possa ter um sujeito expresso em qualquer das funções examinadas neste capítulo.

A sentença (2) na página 135 apresenta uma peculiaridade, pois o sujeito é um substantivo (*uma pessoa*) que segue o infinitivo em vez de precedê-lo. Embora a consultora nativa achasse *basta uma pessoa chegar* aceitável e com o mesmo sentido, preferia a forma existente, *basta chegar uma pessoa*.

(5) No livro *Modern Portuguese na Unidade 12*, à página 18, encontra-se uma análise segundo a qual este infinitivo seria considerado sujeito de um verbo elíptico.

CAPÍTULO II

INFINITIVO COMO OBJETO DE VERBO

(749 FICHAS)

No presente capítulo serão estudadas construções que consistem, em geral, de um verbo regente seguido imediatamente por um infinitivo ou por uma frase infinitiva com a função de objeto do verbo regente. Essas construções serão classificadas e analisadas em primeiro lugar de acôrdo com os diversos verbos regentes e sua relação para com o infinitivo objetivo.

A fim de classificar os verbos regentes é necessário considerar, inicialmente, que cada infinitivo objetivo possui um sujeito, o qual pode ser o mesmo que o sujeito do verbo regente ou distinguir-se dêste. As sentenças abaixo servem de ilustração para esta diferenciação.

- (a) Eu *quero trazer* o carro.
- (b) Eu *mando êle trazer* o carro.
- (c) Eu *mando êles trazerem* o carro.
- (d) Eu *mando trazer* o carro.

No exemplo (a) tanto *quero* como *trazer* possuem o mesmo sujeito, já que a sentença significa que, se alguém trouxer o carro, a pessoa que fala (eu) irá trazê-lo. Todavia, no exemplo (b) *mando* tem *eu* por sujeito enquanto o sujeito do infinitivo objetivo é *êle*, pois o locutor manda uma terceira pessoa trazer o carro. A diferença de sujeito torna-se ainda mais evidente no exemplo (c) pois o infinitivo *trazerem* é flexionado para concordar com o sujeito da terceira pessoa do plural, *êles*. A sentença (d) é mais interessante porque superficialmente não apresenta nenhuma diferença estrutural em rela-

ção à sentença (a). No entanto, a diferença pode ser estabelecida na estrutura subjacente:

- Eu quero isso
→ Eu quero trazer o carro.
Eu trago o carro
- Eu mando isso.
→ Eu mando trazer o carro.
Alguém traz o carro.

Portanto, embora a pessoa que deverá trazer o carro no exemplo (d) seja indeterminada, é evidente que esta pessoa não é o locutor que dá ordem para trazer o carro.

É significativo o fato de que o verbo regente na sentença (a) é o verbo *querer* ao passo que nas demais sentenças o verbo regente é *mandar*. Apenas alguns verbos regentes, entre eles o verbo *querer*, admitem um infinitivo objetivo cujo sujeito é o mesmo que o do verbo regente, enquanto outro grupo de verbos regentes, entre eles o verbo *mandar*, pede um infinitivo cujo sujeito é diverso do sujeito do verbo regente. Com a exceção de dois casos que serão abordados individualmente mais à frente, esses dois grupos de verbos excluem-se mutuamente, pelo menos dentro dos limites do corpus aqui utilizado. Assim, *Eu quero êle trazer o carro* seria agramatical¹ e *Eu mando trazer o carro* significa que o locutor dará ordem a outra pessoa para trazer o carro. Isto nos leva a uma divisão básica dos verbos regentes em dois grupos: os que admitem um infinitivo objetivo cujo sujeito é o mesmo que o do verbo regente (Grupo A) e os que admitem um infinitivo objetivo cujo sujeito difere do sujeito do verbo regente (Grupo B).

Verbos Regentes do Grupo A (710 fichas)

Quando o verbo regente é do Grupo A, tanto o verbo regente como o infinitivo objetivo têm o mesmo sujeito, o qual é expresso pela flexão do verbo regente e, facultativamente, por um substantivo ou pronome subjetivo. O infinitivo objetivo não é flexionado e não tem um sujeito expresso além do sujeito do verbo regente. Assim, no exemplo (a)

(1) Se empregarmos o verbo *querer* para expressar o significado subentendido por esta sentença, precisamos usar uma oração subordinada subjuntiva: *Eu quero que êle traga o carro.*

Eu quero trazer o carro o sujeito de ambos os verbos é expresso pelo pronome subjetivo optativo *eu* e pela forma da primeira pessoa do singular *quero* do verbo *querer*.

Muitos dos verbos do Grupo A são seguidos por um conetivo *a*, *que*, *em* ou *de* que faz parte integrante do verbo, isto é, se o conetivo fôr omitido o verbo já não admite um infinitivo objetivo.

Ordem das palavras

(NEGATIVO) (*se*) VERBO REGENTE (ADVÉRPIO) CONETIVO $\left\{ \begin{array}{l} se \\ te \\ me \\ nos \end{array} \right.$

INFINITIVO $\left\{ \begin{array}{l} o \\ a \\ os \\ as \end{array} \right.$

O único pronome, que não um pronome subjetivo, que pode aparecer antes ou depois do verbo regente é o pronome indefinido *se*.

(1) Pode-se *ser* feliz.

Neste *corpus*, quando há um advérbio modificando o verbo regente, êste sempre aparece entre o verbo regente e seu conetivo, no caso de haver um conetivo.

(2) *Tinha* sempre *que pular* um murinho.

Quando o infinitivo possui um pronome objetivo oblíquo, êste aparece antes ou depois do infinitivo, dependendo do pronome oblíquo. Se fôr *se*, *te*, *me* ou *nos* êle segue o conetivo, no caso de o haver, e antecede o infinitivo. Quando o pronome objetivo oblíquo é *o*, *a*, *os* ou *as* êle vem depois do infinitivo. Se o objeto é um pronome subjetivo ou outro substantivo qualquer, êste segue o infinitivo. Assim:

(3) *Vinha* *te* *ver*.

(4) *Tentou* *ajudá-los*.

Note-se que o pronome oblíquo *se* tem duas funções. O *se* que aparece antes ou depois do verbo regente tem que ser

o pronome indefinido e o *se* que precede o infinitivo é, necessariamente, o pronome reflexivo. Quando o pronome *se* ocorre entre o verbo regente e o infinitivo, êle pode ser tanto um pronome indefinido como um pronome reflexivo, dependendo do sentido da sentença. As sentenças abaixo servem de ilustração:

(1) *Pode-se ser feliz.*

(5) *Você não pode se basear de jeito nenhum nisso.*

No exemplo (1) o infinitivo *ser* não pode ser reflexivo, de modo que *se* tem que ser considerado o sujeito indefinido de *pode*. No exemplo (5) *pode* já tem um sujeito, *você*, e *basear* pode ser reflexivo, de modo que *se* é o objeto reflexivo de *basear*. (Note-se que o hífen que liga *pode* e *se* no exemplo (1) é meramente um artifício ortográfico e não tem nenhum valor fonológico.)

Em tôdas fichas, exceto duas, quando há um substantivo ou pronome subjetivo, êste precede o verbo regente. Todavia a ordem parece ser facultativa, dada a ocorrência das duas sentenças que seguem abaixo:

(6) *Mas pode ela mesmo ser feia.*

(7) *Tinha cada um de descobrir.*

Nessas sentenças os sujeitos *ela* e *cada um* aparecem depois do verbo regente.

O infinitivo objetivo bem como qualquer outro objeto do verbo regente pode ser omitido caso o mesmo esteja subentendido:

(8) *Criança pode aprender duas, três línguas, pode direitinho.*

Finalmente, um verbo regente pode ter um ou vários infinitivos objetivos coordenados:

(9) *Pode-se ser feliz e ter muitos segredos.*

Podemos subdividir os verbos do Grupo A em dois grupos, Grupo A1 e Grupo A2. Os verbos do Grupo A1 exigem um infinitivo objetivo, enquanto os verbos do Grupo A2 admitem tanto um substantivo como um infinitivo objetivo. Quando um verbo do Grupo A1 possui um conetivo, êle pode levar um substantivo, como seu objeto, mas então é preciso omitir

o conetivo. Assim, no caso do verbo *continuar a* do Grupo A1 é possível dizer-se:

(e) *Ele continuou a fazer o curso.*

(f) *Ele continuou o curso.*

Mas não se diria **Ele continuou fazer o curso* nem **Ele continuou a o curso*, o que equivale a dizer que, quando o conetivo é empregado, o objeto tem que ser, necessariamente, um infinitivo e quando o conetivo é omitido o objeto é, obrigatoriamente, um substantivo. Os verbos do Grupo A2, entretanto, comportam-se de maneira diferente pois admitem um substantivo ou um infinitivo objetivo sem qualquer mudança com relação ao conetivo.

(g) *Eu gosto de dançar.*

(h) *Eu gosto do carro.*

Os verbos do Grupo A seriam denominados, tradicionalmente, de auxiliares.² No entanto, este termo não será empregado aqui, já que todos os verbos do Grupo A têm pelo menos um certo grau de função independente. Isto é, com a possível exceção de *poder*, êsses verbos não precisam ser seguidos por um infinitivo, logo que o conetivo seja omitido no caso dos verbos do grupo A1.

Verbos do Grupo A- (504 fichas)

Os verbos que exigem um infinitivo objetivo são os seguintes:

ir (218 fichas)	aprender (7 fichas)
poder (44 fichas)	acabar de (3 fichas)
ter que (79 fichas)	continuar a (2 fichas)
começar a (20 fichas)	parar de (1 ficha)
vir (17 fichas)	inventar de (1 ficha)
ter de (13 fichas)	

Os verbos *ir* e *vir* apresentam um caso especial, pois não são transitivos e portanto talvez não seja apropriado denominar o infinitivo que os segue de "objetivo". É por esta razão que

(2) Bechara (1963), pp. 134-137. Figueiredo, p. 278. Evidentemente uma lista de verbos auxiliares do Português literário não coincide exatamente com uma lista de verbos desse tipo utilizados no Português coloquial do Brasil.

Sten lhes dá o nome de *infinitif final*.³ Mas Sten também aponta que o comportamento de *ir* e *vir* com referência ao infinitivo que os segue não difere do comportamento dos verbos auxiliares, de maneira que êles foram incluídos na lista dos verbos do Grupo A.

Uma peculiaridade, todavia, deve ser assinalada. Os verbos *ir* e *vir* comportam-se como os demais verbos auxiliares do Grupo A1 pois, na forma como se apresentam na lista, não podem ser seguidos por um substantivo mas apenas por um infinitivo. Entretanto um substantivo ou pronome de lugar pode segui-los se se acrescentar a devida preposição. Assim diz-se:

- (i) Êle vai cantar.
- (j) Êle vai a S. Paulo.

Não há também qualquer restrição aos verbos *ir* e *vir* serem seguidos por um substantivo ou pronome de lugar e por um infinitivo simultaneamente:

- (k) Êle vai a São Paulo cantar.

No entanto a limitação referente à preposição precisa ser observada: tanto **Êle vai a cantar* como **Êle vai São Paulo* seriam agramaticais no Português coloquial do Brasil.

O verbo *poder* apresenta duas peculiaridades. Em primeiro lugar, é o único verbo que jamais admite um substantivo objetivo. Em segundo lugar, êle constitui uma exceção à regra que estipula que o infinitivo objetivo de um verbo do Grupo A precisa ter o mesmo sujeito que o verbo do Grupo A precisa ter o mesmo sujeito que o verbo regente e não pode ter um sujeito expresso. Consideremos o seguinte exemplo:

- (10) Estados Unidos têm mêdo que êles possam ter uma influência maior e uma coisa crescer e...

Neste caso o infinitivo objetivo *crescer* tem um sujeito expresso o qual difere do sujeito *êles* do verbo regente *possam*. O exemplo (10) é o único dêste tipo encontrado no corpus. Com base na sua existência e no fato de que construções semelhantes ocorrem no Portugusê literário, parece que, quando o verbo *poder* possui dois ou mais infinitivos objetivos, o segundo infinitivo objetivo ou os que o seguem, pode ter um

(3) Sten (1952), p. 248.

sujeito diferente do verbo *poder*, e quando isto acontece o sujeito é expresso ⁴.

A informante de Belo Horizonte foi a única que usou *ter de*, uma variante de *ter que*, também empregada por ela.

Em duas sete ocorrências do verbo *aprender a* o conetivo foi omitido. As fichas são:

(11) *aprender guiar*.

(12) *aprender falar*.

Outrossim, em duas das 20 fichas que empregam *começar a* o conetivo parece ter sido omitido, embora a gravação não esteja bem nítida. Tradicionalmente o conetivo não pode ser omitido e no corpus os conetivos aparecem sempre que necessário, com exceção do conetivo *a* que é omitido algumas vezes. No Português coloquial do Brasil há a tendência para evitar o emprêgo da preposição *a* ou do pronome *a*, possivelmente porque a palavra *a* confunde-se, fonològicamente, com uma vogal adjacente *a* pertencente a uma palavra anterior ou posterior. ⁵ Visto que o *a* inicial ou final é muito comum em Português, a palavra *a* desaparece freqüentemente ou existe apenas graças à analogia gramatical. ⁶

Verbos do Grupo A2 (208 fichas)

Os verbos do Grupo A2 diferem dos verbos do Grupo A1, pois seu objeto pode ser tanto um substantivo como um infinitivo, não havendo qualquer mudança com relação ao conetivo. Os verbos são os seguintes:

querer (63 fichas)	chegar a (2 fichas)
dever (40 fichas)	esperar (2 fichas)
precisar (20 fichas)	planejar (2 fichas)
conseguir (17 fichas)	deixar de (1 ficha)
gostar de (15 fichas)	faltar (1 ficha)
saber (12 fichas)	prometer (1 ficha)

(4) Vide comentários a respeito desta análise além de exemplo tirado do Português literário, pp. 77-78.

(5) Vide Thomas (1966), p. 284.

(6) No presente corpus, sempre que a presença de um possível conetivo *a* é duvidosa devido a um fonema *a* adjacente, sua ocorrência será presumida nos casos em que a gramática tradicional exigiria o seu emprêgo, a menos que se evidencie em outra parte do corpus que o conetivo não é usado com o verbo regente em questão.

preferir (5 fichas)	adorar (1 ficha)
passar a (4 fichas)	usar (1 ficha)
pretender (4 fichas)	resolver (1 ficha)
tentar (3 fichas)	agüentar (1 ficha)
procurar (3 fichas)	falar em (1 ficha)
decidir (3 fichas)	cansar de (1 ficha)
preocupar em (2 fichas)	

O verbo *querer* apresenta um problema especial por causa da expressão *quer dizer* usada em sentenças tais como:

(13) Você tem, quer *dizer*, nós temos em Brasília. . .

Quer dizer pode ser analisado como sendo a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo regente *querer* seguido pelo infinitivo objetivo *dizer*. Entretanto, quando é usado com o sentido de “isto é” ou simplesmente para preencher uma pausa, *querer dizer* apresenta-se sempre na terceira pessoa do singular do presente do indicativo e não pertence a uma construção mais ampla da categoria de oração. Por esta razão *dizer* neste caso é considerado um emprêgo particular do infinitivo como parte de um item lexical com sentido especial, e sua ocorrência deixou de ser registrada após as primeiras 20 páginas do corpus. (Foi constatado 17 vêzes nessas primeiras 20 páginas).

Todavia *quer dizer* pode ser usado com o sentido de “significar” ou o sentido literal de “quer dizer” como no exemplo abaixo:

(14) Mas isso não quer *dizer* que são tôdas as escolas primárias.

Há quatro ocorrências dêste tipo. Em tôdas elas *querer dizer* faz parte de uma construção maior pois tem um objeto; em um caso o verbo *querer* aparece na primeira pessoa.

Dos 17 casos em que *conseguir* possui um infinitivo objetivo apenas um não obedece à regra que estipula que um infinitivo objetivo de um verbo do Grupo A tem o mesmo sujeito que o verbo regente e que o sujeito não pode ser expresso. Eis a única exceção:

(15) Você não pode imaginar, todo o mundo mexeu para *conseguir* essa menina *receber* isso.

Aqui o sujeito de *conseguir* é *todo o mundo* enquanto o sujeito do infinitivo objetivo *receber* é *essa menina*, e o sujeito é ex-

presso. A consultora nativa considera êste emprêgo de *conseguir* agramatical e prefere a construção *todo o mundo mexeu para essa menina conseguir receber isso* ou então *todo o mundo mexeu para conseguir que essa menina recebesse isso*. No entanto ela acredita que uma construção do tipo (15) pode ocorrer quando a pessoa que fala não tem certeza de como continuar a sentença depois de ter dito a palavra *conseguir*. Se êste emprêgo do verbo *conseguir* fôr considerado gramatical então *conseguir* seria o único verbo do corpus que poderia pertencer tanto ao Grupo A como ao Grupo B.

Verbos regentes do Grupo B (39 fichas)

Quando o verbo regente pertence ao Grupo B seu sujeito é, necessariamente, diferente do sujeito do infinitivo objetivo.⁷ O sujeito do verbo regente é indicado como o de qualquer verbo finito. Há três possibilidades para indicar o sujeito do infinitivo objetivo, cada uma com sua própria ordem de palavras, como fica demonstrado abaixo:

PRIMEIRA OPÇÃO:

O sujeito do infinitivo é indicado por um pronome oblíquo (5 fichas)

Ordem das palavras

(NEGATIVO)	{	<p style="margin: 0;">nos</p> <p style="margin: 0;">me</p> <p style="margin: 0;">te</p>	}	VERBO REGENTE	{	<p style="margin: 0;">o</p> <p style="margin: 0;">a</p> <p style="margin: 0;">os</p> <p style="margin: 0;">as</p>	}	<p style="margin: 0;">(NEGATIVO)</p> <p style="margin: 0;">INFINITIVO</p>
------------	---	---	---	---------------	---	---	---	---

Exemplos:

(16) O policial não nos *deixou ver*.

(17) A coisa mais interessante é *ouvi-los falar*.

(7) Sten descreve êste infinitivo como sendo um substituto de um verbo finito. Sten (1952), pp. 249-54. O raciocínio parece ser que uma construção tal como *Ele me mandou fazer isso* (usando o verbo *mandar* do Grupo B) tem a estrutura subjacente *Ele mandou que eu fizesse isso* na qual o objeto de *mandar* é uma oração substantiva empregando a forma subjuntiva *fizesse*. Bechara reconhece esta relação ao descrever a frase infinitiva como sendo "reduzida" de uma oração com um verbo finito. Todavia êle também considera essa frase infinitiva resultante como o objeto direto de *mandar*. Bechara (1963), p. 299.

Nesse caso o sujeito do infinitivo é indicado por um pronome oblíquo o qual se comporta, sintaticamente, como um pronome oblíquo objetivo. Isto é, êle ocupa a posição que tomaria se não existisse um infinitivo objetivo e como se fôsse o único objeto. Porém, quando há um infinitivo objetivo, êste pronome indica o sujeito do infinitivo. Assim, se considerarmos que o objeto do verbo regente é uma frase infinitiva, o pronome funciona simultâneamente como parte do objeto do verbo regente (até mesmo adotando o alomorfe do objeto e sua posição) e como o sujeito do infinitivo.

A posição do pronome oblíquo objetivo é a seguinte: se fôr da primeira ou segunda pessoa (*me, nos, te*) êle precede o verbo regente. Se fôr da terceira pessoa (*o, a, os, as*) o pronome segue o verbo regente, mas apenas quando o verbo regente é um infinitivo, como na sentença (17). Quando o pronome é da terceira pessoa, mas o verbo regente não é um infinitivo, emprega-se a segunda opção.

Finalmente, quando se aplica a primeira opção, o infinitivo jamais recebe flexão para concordar com seu sujeito em pessoa e número. (Vide as sentenças (16) e (17) acima).

SEGUNDA OPÇÃO:

O sujeito do infinitivo é indicado por um substantivo ou pronome subjetivo (13 fichas)

Ordem das palavras

(NEGATIVO) (*se*) VERBO REGENTE + SUJEITO (NEGATIVO) INFINITIVO (FLEXÃO)

Exemplos:

(18) *Deixa eu contar essa.*

(19) *Eu fico parado só ouvindo êles falarem.*

A diferença entre a primeira e a segunda opção reside principalmente no emprêgo de um substantivo ou pronome subjetivo (nos exemplos acima *eu, êles*), em vez de um pronome oblíquo, para indicar o sujeito do infinitivo. Entretanto, também neste caso não há diferença de comportamento sintático do pronome quando não se segue um infinitivo objetivo. Isto é, no Português coloquial do Brasil os pronomes subjetivos podem ser usados como objeto de verbo, pelo menos isto

acontece com o pronome da primeira pessoa do plural e com os pronomes da segunda e terceira pessoa. Exemplo:

(l) Eu vi êle ontem.

A forma mais tradicional (empregando o pronome oblíquo) é:

(m) Eu o vi ontem.

Quando um pronome subjetivo é usado como objeto, êle se comporta, sintaticamente, como um substantivo, pois sempre vem depois do verbo regente.

Portanto, êste modo de indicar o sujeito do infinitivo assemelha-se à primeira opção, pois o pronome funciona como parte do objeto infinitivo no âmbito de oração e como sujeito do infinitivo no âmbito da frase. A diferença reside na escolha de um substantivo ou pronome subjetivo, em vez de um pronome oblíquo a fim de expressar o sujeito do infinitivo. Portanto, o substantivo ou pronome em questão segue, necessariamente, o verbo regente, de acôrdo com as regras gerais da colocação de pronomes.

Há também outras diferenças. Em primeiro lugar, quando se emprega a segunda opção, as regras de colocação de pronomes são mais flexíveis do que se não aparecesse um infinitivo objetivo. Como já foi dito, os pronomes subjetivos podem, em geral, funcionar como objetos de verbo, como a sentença (1) atesta, mas o mesmo não acontece, normalmente, com o pronome da primeira pessoa do singular. Isto é, não se diria:

(n) *Êle viu eu ontem.

mas sim

(o) Êle me viu ontem.

Porém, quando *eu* é o sujeito de uma frase infinitiva objetiva o pronome pode ocorrer, nesse caso como parte do objeto do verbo regente.

(p) Êle viu eu *entrar*.⁸

Naturalmente também seria possível empregar a primeira opção:

(q) Êle me viu *entrar*.

(8) Esta sentença não aparece no *corpus*, mas há casos semelhantes, tal como o exemplo (18) *Deixa eu contar essa*.

Quando a segunda opção é adotada, o sujeito do verbo regente pode ser indicado pelo pronome oblíquo indefinido *se*. O mesmo não ocorre, todavia, quando se emprega a primeira opção, pois no Português coloquial do Brasil não se usa mais de um pronome oblíquo com um verbo. Assim, o emprêgo de um pronome oblíquo antes ou depois do verbo para indicar o sujeito do infinitivo objetivo impede o uso do pronome oblíquo *se*.

Note-se que quando a segunda opção é escolhida o infinitivo é flexionado na maioria dos casos em que o sujeito está no plural. No corpus aparecem cinco construções com verbos do Grupo B contendo um sujeito expresso no plural. O infinitivo é flexionado em quatro casos como no exemplo (19) acima. A sentença abaixo, no entanto, não é flexionada:

- (20) Mas eu não vou *fazer* os dois, que estão começando a vida agora, *fazer* uma despeza enorme.

Dada a ocorrência desta construção, parece que a flexão do infinitivo para concordar com um sujeito no plural é facultativa, a não ser que o fato de o infinitivo estar separado do sujeito por uma oração adjetiva constitua motivo para a diferenciação, já que nos outros três casos o infinitivo aparece imediatamente após o sujeito.

TERCEIRA OPÇÃO:

O sujeito do infinitivo não é indicado

Ordem das palavras

(NEGATIVO) (*se*) VERBO REGENTE (NEGATIVO) INFINITIVO

Exemplos:

- (21) Foram à cidade, a um dentista, *mandaram arrancar* um dente de frente.
- (22) Têrmos que eu nunca ouvi falar.

Nesse caso o sujeito do infinitivo não é indicado por meio de um nome ou pronome dentro da frase infinitiva mas pode ser subentendido através do contexto, como no exemplo (21), ou pode ser indeterminado, como na sentença (22)).⁹ Dos oito casos em que a terceira opção foi empregada o infinitivo

(9) Vide comentário à p. 142, Capítulo II.

objetivo nunca aparece flexionado, de modo que, com referência ao presente corpus, é possível afirmar que nenhum infinitivo objetivo de um verbo recebe flexão, a não ser que o infinitivo possua um sujeito expresso representado por um nome ou pronome subjetivo na frase infinitiva.

É possível fazer algumas observações gerais aplicáveis a todos os verbos do Grupo B. Em primeiro lugar o infinitivo objetivo de verbos do Grupo B pode ser negado independentemente do verbo regente como na construção abaixo:

(23) Eu *aconselho* vocês não *entrarem*.

Em segundo lugar, com verbos do Grupo B o sujeito do infinitivo, seja êle um pronome oblíquo, um substantivo ou um pronome subjetivo, jamais ocorre depois do infinitivo.

Para concluir deve-se assinalar que há apenas 39 fichas do Grupo B enquanto o total de fichas do Grupo A é de 711. Êste fato não indica apenas a relativa freqüência com que os verbos dêstes dois tipos ocorrem, mas demonstram ao mesmo tempo que um corpus maior seria necessário a fim de se poder ter uma noção mais clara das características dos verbos do Grupo B. Os verbos do Grupo B dividem-se em dois grupos, Grupo B1 e Grupo B2:

Verbos do Grupo B1

deixar (9 fichas)	ver (5 fichas)
fazer (4 fichas)	ouvir (3 fichas)
mandar (2 fichas)	imaginar (2 fichas)
permitir (2 fichas)	sentir (1 ficha)
aconselhar (1 ficha)	olhar (1 ficha)
consentir (1 ficha)	

Os verbos do Grupo B1 catalogados à esquerda são denominados tradicionalmente de verbos causativos e os à direita de verbos sensitivos. Todos êles indicam que o sujeito do verbo regente causa ou sente uma ação efetuada pelo sujeito do infinitivo objetivo.

Os verbos *imaginar* e *consentir* são um pouco mais restritos em seu comportamento sintático do que os demais verbos do Grupo B1, pois não se sujeitam à ordem das palavras descrita acima como sendo a primeira opção (página 149). Por exemplo aparece a seguinte sentença usando a segunda opção:

- (24) Você não imaginou eu *dormir* com aquêlé buraco, assim no assoalho?

Todavia, se a primeira opção fôsse escolhida, a construção resultante *"Você já me imaginou dormir..." seria agramatical.

Consentir em é o único verbo do Grupo B1 que possui um conetivo.

Os verbos *ver* e *ouvir* apresentam um caso interessante, pois as formas do pretérito do verbo *ver* (*viu*, por exemplo) parecem substituir as formas correspondentes do verbo *ouvir* (*ouviu*) na expressão *ouvir falar*,¹⁰ talvez porque neste tempo os verbos são homófonos com exceção da primeira sílaba átona *ou* do verbo *ouvir*. As sentenças abaixo ilustram o fato:

- (25) Você já *viu falar* em meeiros?

- (26) Você no Rio nunca *viu falar*...

Em um caso, entretanto, *ouvir* aparece em contexto semelhante:

- (27) Têrmos que eu nunca *ouvi falar*.

Ver e *ouvir* também diferem dos demais verbos do Grupo B1, pois podem, em contexto especial, levar um infinitivo objetivo cujo sujeito é igual ao sujeito do verbo regente. A construção *Eu me vi dançar* por exemplo é possível. Todavia, embora, não haja mudança de sujeito, o sujeito da frase infinitiva precisa ser indicado separadamente pelo pronome *me*.

Outro exemplo do Grupo B1 que pode, em contexto especial, levar um infinitivo objetivo cujo sujeito é igual ao do verbo regente é *fazer*. Isso ocorre no seguinte exemplo:

- (28) Eu só *fiz enfiar* o paletó, a gravata.

Neste caso o sujeito de enfiar seria o próprio locutor.

Verbos do Grupo B2 (12 fichas)

obrigar a (8 fichas)

convidar para (3 fichas)

ajudar a (3 fichas)

(10) Vide Schnerr, p. 78.

Estes verbos pertencem ao Grupo B devido ao fato de exigirem um infinitivo objetivo cujo sujeito difere do sujeito do verbo regente. Exemplo:

(29) Não pode *obrigar* uma pessoa a *ir*.

Entretanto, há várias diferenças entre os verbos do Grupo B2 e os outros verbos do Grupo B. Em primeiro lugar, todos os verbos do Grupo B2 possuem um conetivo. Além disso, o sujeito do infinitivo pode ser indicado por um pronome oblíquo precedendo o verbo regente de acôrdo com a primeira opção (vide página 149, Capítulo II) ou então pode ser indicado por um nome ou pronome subjetivo colocado entre o verbo regente e o conetivo, como é o caso do sujeito *uma pessoa* no exemplo (29). Após o conetivo de verbos do Grupo B2 pode-se empregar um infinitivo objetivo mas jamais um objeto nominal.

Ao contrário dos demais verbos regentes que levam um infinitivo objetivo, os verbos do Grupo B2 são de tal natureza que permitem o uso da voz passiva tanto na oração do verbo regente como na do infinitivo. No presente *corpus* apenas *obrigar a* e *convidar para* aparecem na passiva:

(30) Você por lei é *obrigado a ter* responsabilidade.

Note-se que na passiva o sujeito não é indicado seguindo a primeira ou segunda opção, mas sim por um substantivo ou pronome subjetivo antes do verbo *ser*, como é o caso de *ocê* na sentença (30).

No presente *corpus* não houve nenhuma ocorrência de verbo do Grupo B2 com sujeito no plural. Porém, de acôrdo com a consultora nativa, quando um infinitivo objetivo tem um sujeito no plural, êste infinitivo não é flexionado, como aconteceria se o infinitivo objetivo pertencesse ao Grupo B1.

A gramática tradicional também incluiria o verbo *aconselhar (a)* no Grupo B2. Entretanto, na sentença (23), a única em que *aconselhar* aparece neste *corpus*, o conetivo tradicional *a* não é audível. Nas três ocorrências de *obrigar a* na voz ativa, bem como nas três ocorrências de *ajudar a*, o conetivo *a* é obscurecido pela presença de um fonema *a* adjacente com o qual êle se confunde. Todavia, supomos que o conetivo tenha sido empregado não só porque a gramática tradicional exigiu-lo-ia mas também porque o conetivo aparece nas formas passivas de *obrigar a*.¹¹

(11) Vide comentário, p. 147, Capítulo II.

CAPÍTULO III

INFINITIVO REGIDO POR PREPOSIÇÃO (270 FICHAS)

Na primeira parte do Capítulo III apresentaremos um estudo do emprêgo do infinitivo regido por preposição baseado primeiramente nas várias funções sintáticas das frases preposicionais nas quais se encontra o infinitivo e, em segundo lugar, na relação existente entre o infinitivo regido por preposição e as diferentes estruturas modificadas por essa frase preposicional infinitiva. Concomitantemente procuraremos determinar quando o infinitivo possui ou não um sujeito expresso. A última parte do capítulo será dedicada à descrição da ordem das palavras apresentada pelas frases preposicionais.

Sujeito expresso

Neste capítulo o termo “sujeito expresso” de um infinitivo refere-se a um sujeito indicado por um substantivo ou pronome que ocorre dentro da própria frase preposicional. Isto é, o sujeito do infinitivo pode ser indicado ou subentendido no contexto mais amplo da frase preposicional, mas apenas será considerado expresso o sujeito que fôr indicado por um nome ou pronome na frase preposicional. Assim, nas duas sentenças abaixo consideramos que o exemplo (1) possui um sujeito expresso (vocês) ao contrário do exemplo (2), muito embora na sentença (2) o sujeito do infinitivo aparece indicado no contexto mais amplo pelo pronome *êles*.

- (1) Nem que não dê para vocês *pagarem* tudo.
- (2) O dinheiro que êles receberam dava para *comprar* um sítio.

Quanto à descrição da incidência do sujeito expresso podemos, em alguns casos, afirmar categôricamente que um determinado infinitivo não pode ter um sujeito expresso, baseando nossa afirmação na gramática tradicional bem como

nas ocorrências verificadas neste corpus. Por exemplo, quando um infinitivo é o objeto de um verbo do Grupo A (vide Capítulo II) tal como acontece na sentença *eu continuei a fazer isso* o infinitivo não pode ter um sujeito expresso, e, se o tivesse, a sentença (**eu continuei a eu fazer isso*) seria agramatical. Convém frisar aqui que no presente capítulo, ao tratar-mos de frases preposicionais, nossa preocupação não reside, geralmente, em determinar de maneira absoluta a gramaticalidade do emprêgo do sujeito expresso numa circunstância específica, mas sim a probabilidade da ocorrência do sujeito expresso nessa circunstância, além das possíveis razões do seu emprêgo. Em outras palavras, no que se refere à gramaticalidade, parece que, com algumas exceções, a ocorrência de um infinitivo com sujeito expresso em frases preposicionais, seria *possível* em quase tôdas circunstâncias. O corpus revela, porém, que em determinadas circunstâncias o emprêgo ou não do sujeito expresso é quase sempre previsível, e essas circunstâncias serão o objeto de nosso estudo.

O emprêgo do sujeito expresso parece ser, em geral, influenciado por três fatores: o contexto em que aparece a frase preposicional, a ênfase e a natureza definida ou indefinida do sujeito. À guisa de ilustração dos dois primeiros fatores bem como da natureza facultativa do uso do sujeito expresso vejamos as seguintes sentenças:

- (3) Eu não vou voltar sem *saber* inglês.
- (4) Não piso naquela terra sem eu *poder* falar, pelo menos, direitinho, entende?

Em sentenças do tipo do exemplo (3) o emprêgo do sujeito expresso é pouco provável, pois o sujeito do infinitivo *saber* é evidente dentro do contexto. Na sentença (4) o contexto igualmente evidencia o sujeito, mas o infinitivo possui o sujeito expresso *eu* aparentemente porque o locutor deseja dar ênfase ao sujeito.

O exemplo abaixo ilustra o terceiro fator, ou seja, a natureza definida ou indefinida do sujeito do infinitivo:

- (5) O problema de *ir* para Brasília

O sujeito de *ir* parece ser indefinido neste caso. Se o locutor quisesse referir-se ao problema de uma determinada pessoa ir a Brasília, êle poderia empregar um nome ou pronome entre a preposição *de* e o infinitivo *ir*. Aliás, a questão da natureza indefinida do sujeito pode ser complicada pelo fato de o lo-

cutor poder enfatizá-la usando um sujeito expresso indefinido, tal como o pronome *se* ou *você* no sentido indefinido:

(6) um lugar para *se ficar*

(7) com aquêles lugares para *você parar*

Portanto, a qualidade indefinida pode ser expressa tanto pela ausência de um sujeito como pelo uso do sujeito expresso em frases infinitivas.

Ao analisarmos os vários tipos de frases preposicionais infinitivas, teremos ocasião de abordar o problema do sujeito expresso de maneira mais detalhada. Em alguns casos apresentaremos regras específicas de gramaticalidade aplicáveis apenas a certos tipos de frases preposicionais infinitivas. Na maioria dos casos, entretanto, limitar-nos-emos a fazer observações gerais que serão úteis na previsão da ocorrência do sujeito expresso.

Muito embora essas observações se refiram a um tipo determinado de frase preposicional infinitiva, que seria o tipo que oferece os melhores exemplos, elas podem, até certo ponto, ser aplicadas a qualquer frase preposicional infinitiva.

Funções das frases preposicionais

A. Frases preposicionais adverbiais (116 fichas)

Aqui estudaremos as frases preposicionais infinitivas que funcionam como advérbio, o termo *advérbio* tendo o significado restrito de “modificador de verbo”.

Sujeito expresso

Um dos fatores mais facilmente determináveis que parecem influenciar o emprêgo do sujeito expresso em uma frase preposicional é a relação existente entre o sujeito do infinitivo subordinado e o sujeito do verbo principal da oração em que ocorre a frase preposicional. Assim, no presente corpus, sempre que o sujeito do infinitivo de uma frase preposicional adverbial é igual ao sujeito do verbo principal da oração na qual a frase aparece, o sujeito do infinitivo deixa de ser expresso, em 95% dos casos. Das 85 frases preposicionais adverbiais do tipo descrito acima, apenas 4 possuem um sujeito expresso. A razão é, provávelmente, que o sujeito do

verbo principal indica o sujeito do infinitivo de maneira satisfatória, como acontece no exemplo abaixo:

- (8) Só *voltei* para casa no outro dia, para *mudar* de roupa e *desfazer* a mala.

Examinemos agora as 4 fichas nas quais aparece um sujeito expresso. Duas das fichas caracterizam-se por uma mudança de locutor; uma pessoa profere o verbo regente e a outra a frase preposicional.¹

- (9) A: Você tem que *ficar* quanto tempo nas fazendas?

B: Para você *conseguir* os pontos?

A: É

As outras duas fichas (a sentença (4) na página 158 é uma delas) não permitem uma caracterização satisfatória e só é possível fazer a suposição de que o locutor tinha a intenção de enfatizar o sujeito. Isto salienta o fato de que, embora o sujeito expresso seja pouco usado quando o sujeito do infinitivo coincide com o sujeito do verbo principal, o locutor ainda assim tem a possibilidade de empregá-lo.

Considerando, por outro lado, as 31 frases preposicionais adverbiais nas quais o sujeito do infinitivo difere do sujeito do verbo principal da oração, notamos que em 17 fichas o infinitivo possui um sujeito expresso. Portanto, quando o sujeito do verbo principal e do infinitivo é o mesmo, a probabilidade da ocorrência de um sujeito expresso é de 5%, enquanto esta probabilidade aumenta para 55% quando os sujeitos são diferentes. Nos outros casos, totalizando 40% (casos em que não há coincidência de sujeito nem sujeito expresso) a falta de um sujeito expresso tem várias explicações. Em alguns casos o sujeito é indefinido. Quando não é indefinido, parece haver diversas maneiras de indicar o sujeito através do contexto, como no exemplo abaixo:

- (10) E quando chega a época de colheita os pais *tiram* da escola para *trabalhar*.

Aqui o sujeito de *trabalhar* poderia ser, possivelmente, *os pais*. Todavia, o sentido lógico que se depreende do contexto indica que o sujeito do infinitivo é o objeto direto de *tiram*.²

(1) Vide Sten (1952), p. 230.

(2) Em Português o objeto direto de um verbo pode ser omitido se for subentendido através do contexto.

O sujeito do infinitivo também pode ser indicado pelo objeto dêste infinitivo:

- (11) Maria Teresa me *deu* a receita, todos os nomes em português e em inglês, para não me *apertar* na hora de perguntar para o vendedor
- (12) Quando eu não tenho nada para fazer, eu *pago* para me *deixar* pelo menos, dormir.

No exemplo (11) o sujeito do infinitivo do verbo *apertar-se* é determinado pelo pronome objetivo *me*. Como o verbo é reflexivo, se o objeto é *me*, o sujeito não pode deixar de ser *eu*. Na sentença (12) o verbo *deixar* não é reflexivo, mas como *me* faz parte do seu objeto, o sujeito tem que ser outra pessoa que não o locutor, de modo que o infinitivo não pode ter o mesmo sujeito que o verbo “pago”.

Preposições usadas em frases preposicionais adverbiais

para (91 fichas)
sem (14 fichas)
em (5 fichas)
antes de (4 fichas)
até (2 fichas)

Pode-se dizer que a estrutura subjacente de uma frase preposicional adverbial é constituída por uma oração adverbial introduzida por uma conjunção subordinativa. Assim, no exemplo (13)

- (13) Nós estamos aqui esperando que melhore a estrada para nós *podermos* continuar a viagem.

a estrutura subjacente da frase preposicional introduzida por *para* é *para que possamos continuar a viagem*, empregando a conjunção subordinativa *para que* seguida pela forma finita *possamos*, em lugar do infinitivo *podermos*.

As conjunções subordinativas correspondentes às preposições acima são formadas pela preposição seguida de *que*, como no caso do exemplo (13). A única exceção é a preposição *em*. Quando se emprega *em* para introduzir uma frase preposicional adverbial a conjunção subordinativa correspondente na estrutura subjacente é *quando*. Vejamos o exemplo abaixo:

- (14) Não dá prazer em *sair*.

Neste caso a estrutura subjacente seria *Não dá prazer quando você sai.*

B. Frases preposicionais adjetivas (122 fichas)

Sujeito expresso

Como no caso das frases preposicionais adverbiais, o emprego do sujeito expresso depende mórmente de o sujeito do infinitivo coincidir ou não com o sujeito do verbo principal da oração na qual aparece a frase preposicional. Das 122 frases preposicionais adjetivas que ocorrem no corpus, 79 possuem um infinitivo cujo sujeito é igual ao do verbo principal da oração, e apenas uma destas 79 apresenta um sujeito expresso. Entretanto, das 43 fichas contendo um infinitivo cujo sujeito difere do sujeito do verbo da oração principal, 11 fichas, ou seja 25% dos casos, apresentam um sujeito expresso. Consideremos os seguintes exemplos:

(15) Já escolhi dois cursos para *fazer*.

(16) Eles fizeram o plano da estrada não *passar* no meio de nenhuma cidade.

No exemplo (15) o sujeito do infinitivo é igual ao do verbo principal *escolhi*, e não há um sujeito expresso. Por outro lado, no exemplo (16) o sujeito do infinitivo é diferente do sujeito do verbo *fizeram* e o sujeito expresso é *a estrada*.

Preposições usadas em frases preposicionais adjetivas:

de (64 fichas)

sem (2 fichas)

para (54 fichas)

em (2 fichas)

Tôdas as frases preposicionais adjetivas ocorrem em frases substantivas que obedecem a seguinte ordem:

SUBSTANTIVO + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO

Apesar desta semelhança superficial, pode haver várias relações sintáticas entre o substantivo modificado pela frase preposicional e o infinitivo dependente. As diferenças destas relações manifestam-se nas estruturas subjacentes, e as frases preposicionais adjetivas serão analisadas de acôrdo com as quatro estruturas subjacentes que podem ser apresentadas pelas orações substantivas descritas acima. Referir-nos-emos a cada uma das frases preposicionais como sendo pertencentes a

um dos quatro grupos (numerados de I a IV) segundo sua estrutura subjacente.

I — (13 fichas)

SUBSTANTIVO + *que* + SUJEITO + VERBO FINITO →

SUBSTANTIVO + *para* + INFINITIVO

- (17) Todo sábado e domingo... mesmas pessoas, mesmas coisas para *fazer*.

De conformidade com o esquema referente ao Grupo I a estrutura subjacente do exemplo (17) é *coisas que se faça*. Das quatro preposições usadas com frases preposicionais adjetivas apenas a preposição *para* ocorre em frases preposicionais cuja estrutura subjacente obedece ao esquema acima.³

Uma das fichas do Grupo I revela outra maneira de indicar o sujeito do infinitivo sem usar um sujeito expresso:

- (18) Eu vou te dar um trabalho para *fazer*.

Neste caso o sujeito do verbo principal é diferente do sujeito do infinitivo, mas o sujeito do infinitivo é indicado por meio do pronome objetivo *te*.

II — (68 fichas)

SUBSTANTIVO + *que* + VERBO FINITO → SUBSTANTIVO + *para*
+ INFINITIVO

- (19) É um sacrifício encontrar gente para *trabalhar*.

A estrutura subjacente da frase substantiva no exemplo (19) é *gente que trabalhe*, o que demonstra que a relação existente entre o SUBSTANTIVO e o INFINITIVO no Grupo II é a de sujeito para verbo, enquanto no Grupo I a relação é de objeto para verbo. Devido a essa relação de sujeito para verbo entre o SUBSTANTIVO e o INFINITIVO neste tipo de frases substantivas, parece improvável que o infinitivo jamais possa ter um sujeito expresso. Se isto acontecesse, o sujeito apareceria tanto antes como depois da preposição *para*.

(3) Embora frases preposicionais com a estrutura subjacente I sejam comuns no Português coloquial do Brasil, Bechara considera seu emprego (em lugar de uma oração adjetiva introduzida por um pronome relativo) uma "imitação do francês". Bechara (1963), p. 292.

As preposições usadas nas frases preposicionais adjetivas são *para* (66 fichas) e *de* (2 fichas). As fichas com a preposição *de* diferem das demais frases preposicionais adjetivas, pois a frase preposicional não vem imediatamente após o substantivo modificado, mas está ligada a êle pelo verbo *ser* ou *estar*.

(20) Mas não fui assim de muito *praticar*.

(21) O troço estava de *atolar* caminhão.

Em ambas as fichas a frase preposicional é predicativa e modifica o sujeito do verbo *ser* ou *estar*. Na sentença (20) o sujeito evidencia-se apenas pela forma *fui*.

III — (2 fichas)

SUBSTANTIVO + *que* + *não* + VERBO FINITO →
SUBSTANTIVO + *sem* + INFINITIVO

(22) êles não dão uma palavra *sem ser* em inglês

A estrutura subjacente aqui representada parece constituir uma versão negativa da estrutura subjacente das frases preposicionais do Grupo II, a única diferença sendo a introdução de *não*. Assim, a estrutura subjacente do exemplo (22) é *palavra que não seja em inglês*. *Sem* é a única preposição empregada.

IV — (99 fichas)

SUBSTANTIVO + PREPOSIÇÃO + *que* + SUJEITO

+ VERBO FINITO → SUBSTANTIVO + $\left. \begin{array}{c} de \\ para \\ em \end{array} \right\}$ + INFINITIVO

(23) Como é que se chama êsse negócio *para jogar* inseticida?

A estrutura subjacente de (23) é *êsse negócio com que você joga inseticida*.

As preposições regentes nas frases preposicionais adjetivas do Grupo IV são: *de* (64 fichas), *para* (35 fichas) e *em* (2 fichas) e a preposição empregada na estrutura subjacente nem sempre é a mesma. Existe um certo grau de correlação

entre o significado do substantivo modificado pela frase preposicional e a escolha da preposição regente. Isto é, substantivos de um determinado grupo semântico levam *para*, os de outro grupo levam *de*, e assim por diante. Eis alguns grupos que puderam ser identificados no presente corpus:

a. Lugar (17 fichas)

lugar (11 fichas)	quarto (1 ficha)
casa (3 fichas)	fazenda (1 ficha)
hotel (1 ficha)	

(24) Não tínhamos hotel para *ficar*.

Frases preposicionais que modificam substantivos de lugar sempre levam a preposição regente *para*. Adotando o método de análise desta tese, a estrutura subjacente de (24) é *hotel em que nós ficássemos*.⁴

b. Modo, meio (12 fichas)

maneira (7 fichas)	meio (2 fichas)
tipo (2 fichas)	jeito (1 ficha)

(25) eles têm uma outra maneira de *encarar* a vida.

Com substantivos deste grupo semântico a preposição regente é sempre *de*. A estrutura subjacente de (25) é *maneira com que eles encaram a vida*.

c. Tempo (6 fichas)

tempo (3 fichas)	vez (1 ficha)
hora (2 fichas)	

(26) Meu tempo de *falar* inglês é muito pequeno.

No corpus desta tese a preposição regente usada com esses substantivos é sempre a preposição *de*. A estrutura subjacente de (26) é *tempo em que eu falo inglês*. O exemplo (26) também demonstra outra maneira de indicar o sujeito do infinitivo, qual seja o emprêgo do possessivo *meu*.

(4) Também seria possível analisar a questão de outro modo, isto é, colocando as frases preposicionais adjetivas que modificam substantivos indicando lugar em um grupo à parte (separado do Grupo IV). Neste caso, a estrutura subjacente deste grupo seria considerada uma oração adjetiva introduzida pelo advérbio relativo *onde*. A estrutura subjacente seria, então, *hotel onde nós ficássemos*.

d. Oportunidade (13 fichas)

chance (4 fichas)	vantagem (1 ficha)
oportunidade (3 fichas)	possibilidade (1 ficha)
capacidade (2 fichas)	facilidade (1 ficha)
ocasião (1 ficha)	

(27) Eu vou em Recife logo que tenha oportunidade de *voltar* ao Brasil.

A preposição *de* é a que aparece com maior frequência depois de substantivos deste tipo, embora a preposição *para* ocorra duas vezes. A estrutura subjacente **oportunidade para que eu volte* não é usada, pelo menos no que diz respeito ao Português coloquial do Brasil, de modo que no caso de IV d a regra transformacional seria obrigatória a fim de transformar a estrutura subjacente na forma que emprega o infinitivo.⁵

e. Expressões fixas (19 fichas)

ter vontade de (7 fichas)
não haver razão para (2 fichas)
não ter razão de (2 fichas)
ter o direito de (2 fichas)
ter vergonha de (2 fichas)

{ estar com }
{ ter } pressa de (2 fichas)

ter a idéia de (2 fichas)

As estruturas subjacentes destas expressões fixas também não são aceitáveis do ponto de vista gramatical e, portanto, estão sujeitas a uma regra obrigatória a fim de mudá-las para a forma infinitiva.

As restantes 32 fichas do Grupo IV não apresentam qualquer agrupamento semântico ou quaisquer expressões fixas. Essas fichas incluem as duas nas quais a preposição regente é *em*.

(5) Em geral a consultora nativa prefere a forma que emprega a frase preposicional contendo um infinitivo dependente à que emprega uma oração adjetiva (na estrutura subjacente), considerando a forma infinitiva mais coloquial. O Grupo IV d (substantivo indicando oportunidade), todavia, é o primeiro dos estudados até este ponto cuja estrutura subjacente é considerada inaceitável gramaticalmente. Por outro lado a gramática tradicional apresenta situações em que é dada preferência à oração adjetiva. (Vide nota 3, p. 163).

C. Frases preposicionais que modificam um adjetivo ou advérbio (14 fichas)

Sujeito expresso

Como acontece com outras frases preposicionais, a probabilidade de que frases dêste tipo tenham um sujeito expresso é reduzida, sempre que o sujeito do infinitivo é igual ao sujeito do verbo principal da oração na qual aparece a frase preposicional. Nenhuma das oito frases preposicionais nestas condições apresenta um sujeito expresso. Das seis frases cujo infinitivo possui um sujeito diferente do verbo principal cinco têm um sujeito expresso.

Preposições usadas em frases preposicionais que modificam um adjetivo ou advérbio:

para (10 fichas)	em (1 ficha)
a (2 fichas)	de (1 ficha)

As fichas contendo a preposição regente *para* apresentam duas estruturas subjacentes:

I — ADJETIVO + *quando* + SUJEITO + VERBO FINITO →
ADJETIVO + *para* (SUJEITO) INFINITIVO (2 fichas)

(28) Belo Horizonte-Brasília é muito monótona *para se dirigir*.

A estrutura subjacente correspondente a (28) é *monótona quando se dirige*.

II —

$\left\{ \begin{array}{l} \text{ADJETIVO} \\ \text{ADVÉRBIO} \end{array} \right\}$ *para que* + SUJEITO + VERBO FINITO →
 $\left\{ \begin{array}{l} \text{ADJETIVO} \\ \text{ADVÉRBIO} \end{array} \right\}$ *para* (SUJEITO) INFINITIVO (8 fichas)

(29) um troço muito difícil *para você começar* qualquer coisa nova.

A estrutura subjacente de (29) é *difícil para que você comece qualquer coisa nova*. Numa das oito fichas com esta estrutura subjacente, encontra-se a única ocorrência de uma frase preposicional (com infinitivo dependente) que modifica um advérbio (*tarde*).

Há um caso em que a frase preposicional modifica um adjetivo omitido por elipse:

(30) Chegou-se tarde da noite, tudo cansado para *dormir*.

A consultora nativa julga que a frase *para dormir* não esteja modificando o adjetivo *cansado* nem tampouco o locutor, mas acredita que a frase modifica o adjetivo elíptico *pronto*.

As preposições regentes *a*, *em* e *de* aparecem somente com as seguintes expressões fixas:

acostumado a (2 fichas)

interessado em (1 ficha)

enojado de (1 ficha)

Embora as formas *acostumado*, *interessado* e *enojado* sejam participios passados, elas funcionam como adjetivos nestas construções, concordando com o substantivo modificado em gênero e número.

D. Frases Preposicionais Nominais (6 fichas)

No Capítulo I estudamos a função do infinitivo como sujeito ou predicativo (vide páginas 136-137). Uma frase preposicional com um infinitivo dependente pode ter a mesma função sintática que o infinitivo estudado no Capítulo I. A única diferença reside no fato de que, no caso da frase preposicional, o infinitivo vem precedido de uma preposição, de modo que o sujeito ou predicativo é constituído por uma frase preposicional em vez de uma frase infinitiva.⁶ Vejamos o exemplo abaixo:

(31) É mais fácil de *mandar* as coisas para São Paulo do que para Minas.

O interessante é que nesta construção a preposição *de* poderia ser omitida sem a menor mudança de significado. É por esta razão que a frase preposicional acima, é tratada como frase nominal e não como uma frase preposicional adverbial modificando o adjetivo *fácil*. A frase preposicional com função nominal distingue-se, portanto, da frase preposicional que aparece no exemplo (32), pois no exemplo (32) o adjetivo

(6) Este emprêgo é mencionado em Sten (1952), p. 102. Bechara descreve este caso como sendo um infinitivo precedido por uma "preposição expletiva". Bechara (1963), p. 291.

pouco está ligado a outro nominal (*dois meses*) e se a preposição *para* fôr omitida a sentença não será gramatical.

(32) Dois meses é pouco para você *conhecer* êsse Brasil.

Tanto a preposição *para* como a preposição *de* são empregadas para introduzir frases preposicionais nominais. As frases preposicionais com função nominal podem vir ligadas a um adjetivo (3 fichas) ou a um substantivo (3 fichas) e a ordem das palavras que apresentam é idêntica à descrita em relação ao infinitivo subjetivo ou predicativo. Uma das sentenças dêste tipo apresenta mais outra maneira de indicar o sujeito do infinitivo: êle antecede a preposição em vez de aparecer dentro da frase preposicional prôpriamente dita.

(33) Você *para* achar o caminho dela é meio difícil.

E. Frases preposicionais modificando sentenças (3 fichas)

Nos três casos há uma frase preposicional com um infinitivo dependente, a frase preposicional sendo seguida de uma oração, na qual o verbo infinitivo aparece repetido em forma finita ou como infinitivo objetivo de um verbo finito.

(34) Para *morar*, não moro com brasileiro nenhum.

Na sentença (34), portanto, o verbo *morar* aparece tanto no infinitivo como na forma finita na oração seguinte.⁷ As preposições usadas são *para* (2 fichas) e *em* (1 ficha).

F. Frases preposicionais que formam conjunção, preposição ou expressão idiomática (9 fichas)

a não *ser* (4 fichas)

a *partir* de (1 ficha)

não ter nada a *ver* com (1 ficha)

por (assim) *dizer* (3 fichas)

Não ter nada a ver com é uma variante de *não ter nada que ver com* a qual tem o mesmo sentido mas emprega o

(7) Sten e Schnerr apontam exemplos de caso semelhante encontrado em obras literárias. O emprêgo literário, todavia, difere do que apresentamos pois nêle o infinitivo não vem precedido de uma preposição. Sten cita o exemplo *Mas pagar, pago*. Sten (1952), p. 250. Schnerr denomina êste tipo de ocorrência de infinitivo antecipatório. Schnerr, p. 71.

pronome relativo *que* em lugar da preposição *a*. Em todo o corpus a preposição *a* rege um infinitivo dependente em dois casos apenas: nas expressões idiomáticas acima e na expressão *acostumado a*, analisada no subtítulo C do presente capítulo como sendo um adjetivo modificado por uma frase preposicional. Isto parece confirmar a observação anterior de que no Português coloquial do Brasil há uma tendência para evitar a preposição *a*.⁸

Ordem das palavras em frases preposicionais

PREPOSIÇÃO (SUJEITO) (NEGATIVO) (OBJETO PRONOME OBLÍQUO)
INFINITIVO (OBJETO QUE NÃO PRONOME OBLÍQUO)

O sujeito do infinitivo é expresso, em geral, por um substantivo ou pronome subjetivo. O pronome *eu*, por exemplo, normalmente indicaria um sujeito da primeira pessoa do singular.

(35) Brigava comigo para eu não *jogar*.

No entanto, o pronome preposicional *mim* aparece em dois casos:

(36) Eu quero, eu queria ter assim: uma casa com um quarto para *mim*, para *mim* estudar.

(37) Serviço de datilografia para *mim* é martírio para *mim* *fazer*.

Note-se que em ambas as sentenças *para mim* ocorre duas vezes, primeiro como uma frase preposicional completa e em seguida como parte de uma frase preposicional infinitiva, introduzida por *para*, sendo *mim* o sujeito do infinitivo dependente. Segundo a consultora nativa a primeira ocorrência da frase *para mim* determina o emprêgo de *para mim* na frase infinitiva. Isto é, em ambas as sentenças, uma vez pronunciadas as palavras *para mim*, soaria mal, na opinião da consultora, se o locutor dissesse *para eu* em seguida, embora o pronome *mim* passe a funcionar como sujeito do infinitivo. Nas duas sentenças o primeiro *mim* é automático, pois apenas um pronome preposicional pode ocorrer quando não se segue um infinitivo. A consultora acredita que o locutor normalmente diria *para eu* (+ infinitivo) como acontece na sentença (35), mas emprega *para mim* devido ao uso anterior de *mim* na mesma sentença.

(8) Vide comentário a este respeito no Capítulo II, p. 147.

Quando o sujeito é indefinido êle pode ser expresso pelo pronome oblíquo indefinido *se* e colocado antes ou depois do infinitivo.

(38) um lugar para *se ficar*

(39) Mas não dá para *ter-se*...

O objeto do infinitivo pode ser indicado por um substantivo ou pronome subjetivo colocado depois do infinitivo ou por um pronome oblíquo colocado antes ou depois do mesmo. No corpus os pronomes oblíquos *me*, *se* e *te* aparecem com esta função. Desta maneira, o pronome *se* colocado antes ou depois do infinito pode expressar ou um sujeito indefinido ou um objeto reflexivo.

O sujeito está no plural em apenas cinco construções e, em tôdas elas o infinitivo é flexionado para concordar com o sujeito. Em um caso o infinitivo aparece flexionado com um sujeito não expresso:

(40) É perguntando, para *escreverem* dizendo as coisas como é que vão por lá.

CAPÍTULO IV

USOS VARIOS DO INFINITIVO (39 FICHAS)

Nos Capítulos I a III foram estudados 96% das fichas coligidas. O presente Capítulo dará conta dos restantes 4% que são constituídos de várias funções de infinitivo não relacionadas entre si.

Substantivo Infinitivo (5 fichas)

- (1) Não vejo bem o *passar* do dia para a noite.
- (2) E começou a pensar em outras coisas que êle mudaria, para o melhor é claro, no *entender* dêle.
- (3) Ela disse “Chi, o que êsse homem quer” — estranhando *o vestir* — ela olhava e não conhecia.
- (4) Que trabalhar!

Do ponto de vista morfológico as formas sublinhadas acima são infinitivos. Porém, são infinitivos que funcionam exatamente como substantivos do ponto de vista sintático. Nas primeiras três sentenças o infinitivo vem precedido pelo artigo definido *o*, e em (1) e (2) os infinitivos são seguidos por uma construção possessiva. Em (3) tal construção não está expressa mas está subentendida, já que *o vestir* só pode referir-se ao vestir *dêsse homem*. Portanto, em cada uma dessas sentenças há uma estrutura do seguinte tipo:

o + INFINITIVO + *de* + FRASE NOMINAL

Esta construção constitui, ela mesma, uma frase nominal que em (1) e (3) funciona como objeto de um verbo e no exemplo (2) é regido por uma preposição. Este fato indica a dife-

rença fundamental existente entre o emprêgo do infinitivo analisado no presente Capítulo e o descrito nos anteriores. Nas sentenças estudadas nos Capítulos anteriores, o próprio infinitivo ou uma frase infinitiva funcionava como complemento de um verbo ou preposição e sua função era geralmente paralela à de uma frase nominal. Os infinitivos das sentenças (1), (2), (3) e (4), porém, têm a função não de frases nominais mas sim de substantivos, e, com certas limitações semânticas, podem ser substituídos por qualquer substantivo, mas não por frases nominais. Êste tipo de ocorrência, aqui denominada de infinitivo substantivo, culmina com o caso da palavra *prazer*, a qual é, histórica e morfológicamente¹, um infinitivo, mas que no Português coloquial do Brasil funciona exclusivamente como substantivo.

Quanto ao exemplo (4) explica-se a ausência do artigo definido *o* já que êste jamais é usado com um substantivo após *que* exclamativo ou interrogativo.

Schnerr assinala corretamente que a construção possessiva que começa com *de* indica o sujeito do infinitivo². Assim, no exemplo (1) *dia* é o sujeito do infinitivo *passar* na frase nominal *passar do dia para a noite*. Sten refere-se a êste emprêgo do infinitivo como sendo a “última etapa” antes de o infinitivo transformar-se em verdadeiro substantivos.³

Infinitivo Apôsto (3 fichas)

- (5) O problema é êsse, é bem êsse, *ter* dinheiro, não é?

Infinitivo como Imperativo (1 ficha)

- (6) Então *cantar* uma canção de ninar para mim e *fazer* cafuné.

Infinitivo com pronome ou advérbio relativo (12 fichas)

O infinitivo é usado com vários pronomes e advérbios relativos, formando uma oração infinitiva. Esta pode exercer diversas funções.

(1) *Prazer*, como outros infinitivos substantivos, jamais leva um sujeito expresso nem flexão de pessoa.

(2) Schnerr, p. 63.

(3) Sten (1952), p. 224.

A. Oração infinitiva como objeto de verbo (5 fichas)

(7) Eles não sabem nem como *viver*

(8) Não tinha com quem *morar*.

B. Oração infinitiva regida por uma preposição (1 ficha)

(9) Eles não têm nem idéia de como *gastar* êsse dinheiro

C. Oração infinitiva funcionando como adjetivo (4 fichas)

Esta ocorrência aparece apenas para modificar *nada* na expressão fixa *não ter nada* + relativo + infinitivo.

(10) Não tem absolutamente nada que se *fazer*.

(11) Não tinha nada onde *dormir*.

D. Oração infinitiva como sentença (2 fichas)

(12) Dite, como ela não era... como *dizer*?

Ordem das Palavras

Em todos os casos o relativo precede o infinitivo, qualquer que seja a relação sintática entre o relativo e o infinitivo na própria oração infinitiva. Assim, nos exemplos (7), (9) e (11) o relativo funciona como advérbio em relação ao infinitivo; no exemplo (8) o relativo aparece regido pela preposição *com* em uma frase proposicional adverbial modificando o infinitivo; e no exemplo (10) o relativo é o objeto do infinitivo. No entanto, estas diferentes funções sintáticas dentro da oração infinitiva não afetam a ordem das palavras entre o relativo e o infinitivo. O único elemento que precede o relativo na oração infinitiva é uma preposição, caso o relativo seja regido por uma preposição.

Em dois casos há um sujeito expresso pelo pronome indefinido *se*, o exemplo (10) sendo um dêles. Êste aparece entre o relativo e o infinitivo.

Assim, a ordem das palavras de tôdas as orações infinitivas contidas no corpus é a seguinte:

(PREPOSIÇÃO) PRONOME RELATIVO (*se*) INFINITIVO

Frases Infinitivas Isoladas ⁴ (10 fichas)

Nesses casos há uma frase infinitiva isolada a qual não funciona como parte de qualquer construção que a precede ou segue, pelo menos não no nível de oração. Refere-se geralmente a alguma ação discutida no contexto. Nenhum dos infinitivos possui um sujeito expresso.

- (13) Você assina por êle. Você pode... Você assina pelo rapaz, não é? *Assinar* por procuração. Mas é engraçado, não é?

Em seis dos dez casos a frase infinitiva ocorre no contexto de uma pessoa respondendo a outra.

- (14) A: Agora é sua vez de contar uma história para a gente, hein?

B: *Contar uma história*. Não me lembro muito de história para contar não. O que poderia contar?

Em uma das dez fichas o infinitivo é, possivelmente o objeto de um verbo regente:

- (15) Quer dizer, ou ela viesse só casar aqui, ou então casar só no Brasil.

Assim pode-se explicar a sentença (15) dizendo-se que nela há um verbo regente *viesse* seguido por dois infinitivos coordenados, sendo ambos o verbo *casar*. O problema é que, se considerarmos o segundo infinitivo *casar* o objeto de *viesse*, surge uma dificuldade lógica. Assim, é lógico para *ela vir casar aqui*, mas não para *ela vir casar no Brasil*, já que *ela* se encontra naquele país, enquanto o locutor está nos Estados Unidos. Pode ser, todavia, que em conversa rápida e informal o locutor, tendo empregado um verbo regente, simplesmente não se importe com a introdução de um segundo verbo regente, muito embora isto resulte numa afirmação ilógica.

(4) Ocorrência semelhante, no Português literário, recebeu o nome de infinitivo exclamativo. Schnerr, p. 70; Sten (1952), p. 249. Todavia, neste corpus de Português coloquial do Brasil apenas três dos dez exemplos deste tipo parecem ser de natureza exclamativa.

Infinitivo modificando sentença (1 ficha)

- (16) Mas *falar* disso...

A sentença que devia ser modificada por esta ocorrência não chegou a ser completada.

Infinitivo em lugar de verbo finito ou participio (7 fichas)

- (17) Em casa, quando chegar lá, agora, não falo outra coisa, *falar* o inglês, para praticar.
- (18) Trinta anos dando aula... e *dar* aula para menino analfabeto... é, menino anormal.
- (19) Como eu sei *teaching assistant* dá uma aula por dia, uma hora por dia, e *viver* muito bem com o seu ordenado.
- (20) Agora não sei, realmente, que detalhes as coisas estão andando no Brasil. *Escrever* para casa para as meninas me dizerem o que se passa naquela terra, ninguém diz nada.
- (21) As meninas ficam, e depois as outras, que querem ficar... é, *irem* para o interior.
- (22) Entrei na cama, *dormir*, acordei às quatro e meia.
- (23) Mas quem *dar* um casamento, *dar* recepção, *gasta* dinheiro.

A característica comum a estas sete sentenças é que em todas elas o infinitivo sublinhado pode ser substituído por uma forma finita ou um participio do mesmo verbo sem a menor alteração do sentido. Aliás, dentro de orientação tradicional o emprêgo de uma outra forma, que não o infinitivo, seria exigida, nos casos em que o infinitivo ocorre acima. Estas ocorrências assemelham-se às descritas à página 176 e que foram chamadas de frases infinitivas isoladas. Porém as frases infinitivas isoladas são diferentes, pois não seria possível substituir uma forma finita do mesmo verbo em lugar do infinitivo sem provocar uma mudança do significado ⁵.

(5) Sten descreve uma ocorrência geral à qual ele denomina de infinitivo em lugar de um verbo finito. Todavia, o emprêgo por ele descrito é muito mais amplo do que aqui estudamos, pois Sten inclui nesta categoria qualquer infinitivo que pode ser considerado como sendo um verbo

A consultora nativa interrogada a respeito das sentenças acima considera que as mesmas são de gramaticalidade duvidosa. Dentre elas preferiu os exemplos (17) e (18) porque em ambos o verbo que está no infinitivo já aparece na oração precedente em forma finita, de maneira que o infinitivo é aceitável como variação na oração subsequente. A mesma consultora julga que o exemplo (19) será agramatical ao usar *viver* em lugar de *vive*, mas admite que, ao que ela saiba, um caso assim pode ocorrer⁶. Ela acredita que os exemplos (20), (21) e (22) ocorram em fala informal e constituam incidências de elipse.

No exemplo (23) o infinitivo aparece em lugar da forma indicativa *dá* ou do subjuntivo futuro *der*. Isto é interessante pois, se o infinitivo fôsse o infinitivo de um verbo regular e não do verbo irregular *dar*, tê-lo-íamos considerado como sendo um futuro do subjuntivo e não um infinitivo, já que as formas do infinitivo e futuro do subjuntivo de verbos regulares são homófonas. Portanto, se tivesse sido empregado um verbo regular neste caso, esta sentença não teria sido registrada⁷. Mas já que *dar* é irregular, a forma que aparece na sentença (23) é sem dúvida um infinitivo. Sua ocorrência numa situação em que normalmente se suporia um futuro do subjuntivo levanta uma nova questão: até que ponto o infinitivo e o futuro do subjuntivo vêm sendo confundidos na fala coloquial do Brasil? Visto que ambos são empregados com grande frequência e visto que ambos são idênticos quando se trata de verbos regulares, a confusão não seria difícil.

finito em sua estrutura subjacente. Assim, para substituir o infinito por um verbo finito nas sentenças que êle descreve, seria necessário substituir uma frase infinitiva inteira por uma oração finita, geralmente introduzida por *que*, em vez de simplesmente substituir apenas o infinitivo, deixando o resto da sentença inalterada. Sten (1952), p. 249. Vide Capítulo II, p. 149, nota 7.

- (6) A informante que pronunciou a sentença (19) também é de São Paulo.
- (7) Embora o futuro do subjuntivo e o infinitivo possuam o mesmo radical e as mesmas terminações, êles variam quanto à sua distribuição, e esta diferença, além de ter sido descrita pela gramática tradicional, pode ser observada, no Português coloquial do Brasil, através da distribuição do futuro do subjuntivo e do infinitivo de verbos *irregulares*, pois nêles as duas formas são morfológicamente distintas. Esta diferença de distribuição fundamentou a coleta de infinitivos no caso do presente corpus, isto é, foram excluídas tôdas as formas morfológicamente idênticas ao futuro do subjuntivo, e que ocorrem em situações em que um futuro do subjuntivo é exigido pela gramática tradicional ou pela gramática coloquial.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Frequência do Uso de Cada Função

As fichas coligidas no presente corpus perfazem o total de 1.113.¹ A tabela abaixo apresenta o número de fichas a cada uma das funções e a porcentagem do total das fichas que êste número representa.

<i>Funções do infinitivo</i>	<i>N.º de fichas</i>	<i>Porcentagem do total</i>	
Objeto de verbo	749	67	
Obj. de verbo do grupo A	710	64	
Obj. de verbo do grupo B	39	3	
Regido por preposição	70	24	
Frase prep. adjetiva	122	11	
Frase prep. adverbial	116	10	
Frase prep. modificando adj. ou advérbio	14	1	
Frase prep. como parte de conj. preposição ou expressão fixa	9	1	
Frase prep. substantiva	6	Menos de	1%
Frase prep. modificando sentença	3	Menos de	1%
Como sujeito ou predicativo	54	5	
Com relativo	12	1	
Frase inf. isolada	10	1	
Substituto de verbo finito	7	Menos de	1%
Substantivo infinitivo	5	Menos de	1%
Como apôsto	3	Menos de	1%
Como modificador de sentença	1	Menos de	1%
Como imperativo	1	Menos de	1%

(1) Vide p. 125 da "Introdução" onde se encontra uma explicação do conteúdo de cada ficha.

Sujeito Expresso

Tentaremos fazer uma breve comparação entre as regras tradicionais referentes ao emprêgo do infinitivo pessoal e seu emprêgo como manifestado no presente corpus. É preciso salientar, porém, que esta comparação não pode ser exata. Os dois tipos de emprêgo a serem comparados pertencem cada um ao que quase poderia ser considerado uma língua distinta da outra. Por um lado, as regras tradicionais procuram descrever a ocorrência do infinitivo pessoal como o mesmo se revela em obras literárias de autores diferentes, tanto de Portugal como do Brasil e que abrangem vários séculos. Por outro lado, a ocorrência descrita no presente trabalho baseia-se no corpus que representa a fala de apenas quatro brasileiros, o que constitui amostra limitada. Finalmente, o problema da comparação é complicado ainda mais pelo fato de terem sido usados métodos descritivos diferentes. O termo “infinitivo pessoal”, por exemplo, não foi empregado na descrição deste corpus, pois parece ter reduzida utilidade quando se trata do Português coloquial do Brasil.²

Houve muitas tentativas de formular regras para o uso do infinitivo pessoal no Português literário.³ Todavia, deve ser enfatizado que, na medida em que para a sua aplicação estas regras dependem do contexto (e não da intenção do locutor), as mesmas não constituem, na sua maioria, regras absolutas de gramaticalidade mas simplesmente apontam certas tendências gerais, ou correlações entre determinados elementos do contexto e a flexão do infinitivo.⁴ As regras apresentadas por Bechara⁵ são um exemplo deste tipo de estudo geral e como tal são representativas.

A. Infinitivo de um verbo regente do grupo A

Bechara afirma que um infinitivo “normalmente” não é flexionado quando faz parte de uma frase verbal, embora o possa ser em dois casos: (1) quando aparece separado do verbo auxiliar (que aqui denominamos de verbo regente do grupo A), ou (2) quando é o segundo objeto infinitivo de um

(2) Vide comentários na “Introdução”, pp. 127-131.

(3) Vide “Introdução”, p. 132, e *Bibliografia*.

(4) Vide comentário no Capítulo III, à p. 157.

(5) Bechara (1963), pp. 344-346.

verbo auxiliar que foi expresso antes do primeiro infinitivo mas é omitido posteriormente.

Embora até mesmo esta regra não seja absoluta no Português literário,⁶ ela pode ser considerada absoluta no Português coloquial do Brasil. No que diz respeito a este corpus, apenas uma sentença apresenta um infinitivo objetivo de um verbo do grupo A com um sujeito expresso (pelo menos parece ser um infinitivo objetivo de um verbo do grupo A):

- (1) Estados Unidos têm mêdo que êles possam ter uma influência maior e uma coisa *crescer* e...

O infinitivo *crescer* pode ser analisado de várias maneiras. Pode-se considerar a frase *uma coisa crescer* como sendo uma frase infinitiva isolada.⁷ Ou então *crescer* pode ser considerado um infinitivo substituindo a forma finita *cresça*, de tal forma que seja o segundo verbo da oração subordinada introduzida por *que*.⁸ Preferimos considerar *possam* um verbo regente do grupo A seguido dos dois infinitivos objetivos *ter* e *crescer*. A dificuldade com esta maneira de analisar o caso reside no fato de *êles* ser o sujeito de *possam* como também do primeiro infinitivo *ter*, enquanto o sujeito de *crescer* é *uma coisa*, o verbo regente e o segundo infinitivo tendo, portanto, sujeitos diferentes. Entretanto, casos semelhantes podem ser encontrados no Português literário⁹ e explica-se da seguinte forma: o locutor, tendo pronunciado o verbo regente *possam*, não o repete antes do segundo infinitivo, apesar de ter havido uma mudança de sujeito e de a terceira pessoa do plural do verbo regente não ser mais adequada. Se adotarmos esta maneira de analisar a questão, a sentença (1) enquadra-se na segunda exceção estipulada por Bechara, na qual, em suas próprias palavras, “o verbo auxiliar, expresso anteriormente, cala-se depois”.

Para finalizar, há um problema relacionado com a terminologia empregada por Bechara para expressar a regra. A regra geral estabelece que o infinitivo não é *flexionado* quando

(6) Sten cita a seguinte sentença encontrada na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*: As restantes secções do continente não podem *alhearem-se* das vicissitudes.

(7) Vide Capítulo IV, p. 176.

(8) Vide Capítulo IV, p. 176.

(9) Sten cita vários exemplos, tais como: *pode* a chuva *açoitar* os vidros da janela, o dia *parecer* noite, *chorarem* tristemente os sinos. Sten (1952), p. 106.

o mesmo faz parte de uma frase verbal. A terminologia é infeliz, pois limita a aplicação da regra a casos apresentando infinitivos flexionados, quando o que realmente importa na sentença (1) acima analisada é o fato de possuir um sujeito expresse e não de seu infinitivo possuir uma flexão visível. Assim fica, pois, demonstrada a razão pela qual preferimos, pelo menos com relação ao Português coloquial do Brasil, colocar a questão do infinitivo pessoal em termos da existência de um sujeito expresse e não da ocorrência de uma flexão.¹⁰ A regra, então, poderia ser expressa assim: no Português coloquial do Brasil o infinitivo não pode ter um sujeito expresse quando êsse infinitivo é o objeto de um verbo regente do grupo A, excetuando-se casos como o exemplificado pela sentença (1).

B. Infinitivo como objeto de verbo regente do grupo B1

Bechara afirma que no Português literário, quando um infinitivo é objeto de um verbo causativo ou sensitivo (denominados verbos do grupo B1 neste trabalho), êste infinitivo não é, em geral, flexionado, embora o possa ser, principalmente com os verbos sensitivos.

Antes de podermos comparar esta regra à correspondente ao Português coloquial do Brasil como manifestada no decorrer dêste corpus, é necessário salientar algumas diferenças entre o Português literário e o Português coloquial. No Capítulo II, da página 149 à página 152, descrevemos duas opções (a que denominamos de primeira opção e segunda opção) para indicar o sujeito de um infinitivo objetivo de um verbo do grupo B1. Estas mesmas opções são empregadas no português literário, mas com algumas diferenças. No português literário, quando o sujeito do infinitivo é indicado por um pronome, o emprêgo da primeira opção é obrigatório, usando-se um pronome oblíquo para indicar o sujeito. Isto parece acontecer em virtude da regra tradicional que estipula que um pronome subjetivo (não oblíquo) não pode ser utilizado para indicar o objeto de um verbo,¹¹ já que neste caso o pronome em foco funciona como parte do objeto infinitivo. Por outro lado, no português coloquial, quando o sujeito do infinitivo é indicado por um pronome, pode-se escolher a primeira ou a segunda

(10) Note-se que o termo "sujeito expresse" como o definimos na *Introdução* (p. 10) implica na existência de uma flexão sempre que o sujeito expresse está no plural.

(11) Vide comentários acerca do pronomes, *Introdução*, p. 131.

opção,¹² e, se o pronome é da terceira pessoa, a segunda opção é obrigatória, visto que os pronomes oblíquos da terceira pessoa (*o, a, os, as*) são evitados no português coloquial do Brasil, salvo quando os mesmos ocorrem às vezes após um infinitivo. Em resumo, portanto, quando o sujeito do infinitivo é indicado por um pronome, o português literário emprega sempre a primeira opção, enquanto o português coloquial do Brasil só pode usar a segunda opção, a não ser que o pronome seja da primeira pessoa ou da segunda pessoa do singular (*te*), ou que o verbo regente seja um infinitivo. Consideremos os seguintes exemplos:

Sujeito de infinitivo na primeira pessoa ou na segunda pessoa do singular (*te*)

Português literário

- (a) O policial não nos *deixou ver*. (primeira opção).

Português coloquial do Brasil

- (2) O policial não nos *deixou ver*. (primeira opção)
(b) O policial não *deixou nós vermos*. (segunda opção)

Sujeito do infinitivo na terceira pessoa

Português literário

- (c) Eu os *ouvi falar*. (primeira opção)

Português coloquial

- (3) A coisa mais interessante é *ouvi-los falar* (primeira opção, com infinitivo apenas).
(d) Eu *ouvi eles falarem*. (segunda opção)

No português coloquial, sempre que há a possibilidade de escolha entre as duas opções, o corpus parece demonstrar certa preferência pela primeira opção. Dos 8 casos que apresentam o pronome subjetivo na primeira pessoa 5 empregam a primeira opção, e 3 a segunda opção, como abaixo:

- (4) *Deixa eu ver* o que é que esse pessoal comprou.

Quando o sujeito do infinitivo objetivo é indicado por um substantivo, a segunda opção é obrigatória tanto no português

(12) Vide Sten (1951), p. 57.

literário como no português coloquial. Existe uma diferença, porém, quanto à ordem das palavras, pois no Português literário o sujeito do infinitivo pode seguir o infinitivo se este for intransitivo.¹³

Retornando à regra tradicional expressa por Bechara, verificamos então que esta regra quando aplicada a sentenças em que o sujeito do infinitivo é indicado por um pronome, só pode ser aplicada em relação à primeira opção, pois no português literário o uso da segunda opção não é permitido nesta situação. A regra do português literário estabelece que, quando a primeira opção é empregada, o infinitivo não é normalmente flexionado, embora o possa ser. A mesma regra aplica-se à segunda opção, sendo que no português literário o sujeito sempre aparece indicado por substantivo.

Por outro lado, o presente corpus revela e a consultora nativa confirma que a regra referente ao português coloquial do Brasil parece ser mais rígida. Isto é, quando se emprega a primeira opção na fala coloquial do Brasil, o infinitivo não é flexionado,¹⁴ mesmo que o sujeito esteja no plural, e quando se emprega a segunda opção e há um sujeito expresso,¹⁵ o infinitivo precisa, necessariamente, ser flexionado quando o sujeito expresso está no plural.¹⁶

Infinitivo que não funciona como objeto de verbo

Bechara afirma que além de aparecer em frases verbais, o infinitivo flexionado ocorre em três casos principais.¹⁷ Citamos aqui os três casos que Bechara apresenta e discutiremos sua aplicação ao português coloquial do Brasil. O infinitivo flexionado ocorre:

I. “Sempre que o infinitivo estiver acompanhado por um nominativo sujeito, nome ou pronome (quer igual ao de outro verbo, quer diferente)”;

(13) Vide Sten (1952), p. 251.

(14) Abreu e Rameh confirmam esta regra. Abreu e Rameh, p. 542.

(15) Note-se que definimos “sujeito expresso” como sendo o nome ou pronome *subjetivo* que precede o infinitivo dentro da frase infinitiva. Portanto, sentenças que empregam a primeira opção não possuem um sujeito expresso, pois o sujeito vem indicado por um pronome *obliquo*.

(16) Vide comentário acerca do exemplo (20) no Capítulo II à p. 152, que parece constituir uma exceção, pois o sujeito expresso está separado do infinitivo.

(17) As regras apresentadas por Bechara são citações diretas de Said Ali *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 5.^a edição, p. 72.

Esta parece ser uma das mais precisas regras que dizem respeito ao emprêgo do infinitivo flexionado, embora Sten a restrinja um pouco quando diz que, quando um infinitivo é precedido por um nome ou pronome subjetivo, êste infinitivo é “quase” sempre flexionado.¹⁸ Quanto ao português coloquial do Brasil, esta regra está contida na definição do sujeito expresso, isto é, no presente trabalho sempre que dizemos que um infinitivo possui um sujeito expresso, que seria um nome ou pronome subjetivo precedendo o infinitivo dentro da frase infinitiva, presumimos que êste infinitivo seja flexionado quando o sujeito expresso está no plural. Se limitarmos esta regra a infinitivos que não são objeto de verbo, como o faz Bechara, não encontramos exceções no presente corpus. Todavia, se aplicarmos esta regra a todos infinitivos vamos encontrar uma sentença que não se enquadra dentro desta regra:

- (5) Mas eu não vou fazer os dois, que estão começando a vida agora, *fazer* uma despesa enorme.

Esta sentença foi analisada no Capítulo II (pág. 152) onde levantamos a hipótese de que a existência de uma oração adjetiva (ou talvez qualquer outra construção parentética ou apositiva) entre o sujeito expresso no plural e o infinitivo pode tornar optativa a flexão do infinitivo. Até que um corpus mais extenso seja estudado, não se devem fazer afirmações categóricas quanto às frases ou orações que, interpostas, tornam a flexão do infinitivo optativa. Podemos, entretanto, afirmar com segurança que no presente corpus o infinitivo é sempre flexionado concordando com o sujeito expresso no plural quando êste vem imediatamente antes do infinitivo. A consultora nativa confirma que a flexão neste caso é exigida na fala de uma pessoa instruída.

Sendo que a presença de um sujeito expresso no plural exige um infinitivo flexionado, pode-se perguntar se o infinitivo flexionado sempre precisa ser acompanhado de um sujeito expresso no plural. No português literário isto evidentemente não é o caso. Abreu e Rameh afirmam que sempre que um infinitivo é regido por uma preposição e não possui um sujeito expresso, o infinitivo pode ser pessoal ou impessoal, e a forma pessoal (flexionada) é a mais freqüente.¹⁹ O português coloquial do Brasil exemplificado pelo presente corpus revela

(18) Sten (1952), p. 254.

(19) Abreu e Rameh, p. 542. Vide afirmação semelhante em Sten (1952), p. 254.

uma tendência para empregar tanto o sujeito expresso como o infinitivo flexionado. Assim, das 11 sentenças dêste corpus nas quais aparece um infinitivo flexionado, apenas dois dêses infinitivos não possuem um sujeito expresso:

- (6) É perguntando, para *escreverem* dizendo as coisas como é que vão por lá.
- (7) As meninas ficam, e depois as outras, que querem ficar... é, *irem* para o interior.

Gramáticas tradicionais freqüentemente declaram que o infinitivo pessoal é empregado a fim de evitar ambigüidade.²⁰ Dado o alto coeficiente de correlação entre a ocorrência do sujeito expresso e do infinitivo flexionado revelado no presente corpus, seria mais acertado afirmar-se que no português coloquial do Brasil emprega-se o *sujeito expresso* para evitar ambigüidade e que uma flexão *redundante* é acrescentada ao infinitivo quando o sujeito expresso está no plural. A flexão não é usada para evitar a ambigüidade (pois esta já fica eliminada através do emprêgo do sujeito expresso), mas simplesmente por uma questão de concordância entre o sujeito expresso e o infinitivo. Esta é mais uma razão por que no presente trabalho colocamos a questão do infinitivo pessoal acima de tudo em termos da existência de um sujeito expresso e não em termos de flexão do infinitivo.

II. O infinitivo flexionado ocorre “sempre que se tornar necessário destacar o agente, e referir a ação especialmente a um sujeito, seja para evitar confusão, seja para tornar mais claro o pensamento. O infinitivo concordará com o sujeito que temos em mente”.²¹

Esta declaração de Said Ali refere-se à regra muito geral que estabelece que o infinitivo é flexionado a fim de esclarecer o sujeito em caso de dúvida ou de necessidade. Infelizmente uma regra, assim expressa, baseia-se tanto na intenção da pessoa que fala como no contexto, o que é, até certo ponto, inevitável, pois em nenhuma situação o emprêgo do sujeito expresso é obrigatório para que a sentença esteja correta, gramaticalmente. Todavia, há alguns fatores no contexto que podem ser úteis na determinação da probabilidade da ocorrência de um sujeito expresso em dada situação e até mesmo na determinação de quando um sujeito expresso não pode ser usado.

(20) Vide exemplo desta afirmação em Barros, pp. 62-65.

(21) Vide nota 17 à p. 184.

Um desses fatores do contexto já foi estudado no Capítulo III: trata-se da coincidência do sujeito do infinitivo e do sujeito do verbo da oração na qual o infinitivo aparece. Verificamos que, quando o infinitivo é regido por uma preposição e seu sujeito é igual ao sujeito do verbo da oração em que o infinitivo aparece a probabilidade de que o infinitivo possua um sujeito expresso é reduzida. Probabilidades específicas foram então registradas para cada uma das funções das frases preposicionais. Em resumo, podemos dizer que, de um total de 174 sentenças que apresentam um infinitivo cujo sujeito é igual ao do verbo da oração em que o infinitivo ocorre, apenas 5 sentenças (ou seja 3% do total) possuem um infinitivo com um sujeito expresso. Portanto esta regra não é absoluta e deve salientar-se que ela é uma regra negativa, pois indica quando o sujeito expresso provavelmente não é empregado. Se examinarmos os 88 casos que apresentam um infinitivo cujo sujeito difere do sujeito do verbo da oração em que o infinitivo ocorre, verificamos que apenas 37 infinitivos (ou seja 42%) possuem um sujeito expresso. Este fato indica que nos casos em que não há coincidência de sujeito o emprego de um sujeito expresso ainda depende principalmente do desejo do locutor de tornar claro o sujeito.²²

Podemos estabelecer pelo menos uma regra absoluta para o caso em que um infinitivo (que não é o objeto de um verbo) não pode ter um sujeito expresso. É o caso do infinitivo que aparece na frase preposicional adjetiva que foi classificada como pertencente ao grupo II, com base na estrutura subjacente.²³ Quando um infinitivo pertence a este grupo, a frase preposicional modifica um substantivo que é, ele próprio, o sujeito do infinitivo, como na sentença abaixo:

(8) É um sacrifício encontrar gente para *trabalhar*.

Um sujeito expresso neste caso tornaria a sentença agramatical, ou no mínimo modificaria seu significado.

III. O infinitivo é flexionado “quando o autor intencionalmente pôs em relêvo a pessoa a que o verbo se refere.”²⁴

(22) Quando o infinitivo não é regido por preposição (e quando não é objeto de verbo) as regras baseadas na coincidência do sujeito são inaplicáveis. Por exemplo, quando o infinitivo funciona como sujeito ou predicativo a coincidência de sujeito é impossível.

(23) Vide Capítulo III, p. 163.

(24) Vide nota 17 à p. 184.

Esta declaração de Said Ali simplesmente ressalta que, por mais claro que esteja o sujeito do infinitivo, o locutor pode empregar o sujeito expresso para fins de ênfase. A declaração obviamente é aplicável ao português falado no Brasil, e as sentenças (3) e (4), examinadas à página 158, do Capítulo III, exemplificam respectivamente o uso e a omissão do sujeito expresso em duas sentenças muito semelhantes.

A tabela que se segue constitui um resumo das ocorrências do sujeito expresso neste corpus. Apresentamos o total das fichas coligidas para cada uma das funções do infinitivo e em seguida o número de fichas em que o infinitivo possui um sujeito expresso.

<i>Função do Infinitivo</i>	<i>Total de Fichas</i>	<i>Fichas com Sujeito Expresso</i>
Como sujeito ou predicativo	54	17
Como objeto de verbo do grupo A	710	1
Como objeto de verbo do grupo B	39	15
Regido por preposição	270	42
Infinitivo substantivo	5	0
Em apôsto	3	0
Como imperativo	1	0
Com pronome relativo	12	2
Frase infinitiva isolada	10	0
Modificando sentença	1	0
Substituindo verbo infinitivo	7	1 ²⁵
Total	1,113	78

Infinitivo em lugar de verbo finito ou participio

A função mais surpreendente, ou talvez a única surpreendente que aparece no corpus, é a que aqui denominamos de infinitivo em lugar de um verbo finito ou participio.²⁶ Esta função não aparece na literatura e a consultora nativa considera sua gramaticalidade duvidosa no português coloquial do Brasil. Qualquer que seja o significado da revelação deste tipo de emprêgo do infinitivo, êle parece atestar o valor de

(25) Neste caso o infinitivo não possui um sujeito expresso mas é flexionado. O mesmo acontece com um dos infinitivos regidos por preposição.

(26) Este emprêgo foi analisado no Capítulo IV, à página 177.

um corpus como o que foi utilizado na elaboração do presente trabalho, isto é, um corpus que é constituído de conversas gravadas em fitas magnéticas. Os comentários da consultora nativa evidenciam que se tivesse sido empregado o método de questionário para coligir um corpus, os informantes teriam sido mais cuidadosos com sua fala, de modo que casos dêste tipo teriam sido evitados.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS CONSULTADAS

- ABREU, Maria Isabel, e Cléa RAMEH. *Português Contemporâneo*. 2 volumes. Georgetown University, 1966.
- BARRETT, L. L. "Position of the Brazilian Pronoun Object of the Infinitive", *Hispanic Review* 13.340-346 (1945).
- BARROS, Albertina Fortuna, e Zélio dos Santos JOTA. *Verbos. Conjugação. Concordância verbal. Emprego dos modos e tempos. Infinitivo Pessoal e Impessoal. Regência dos principais verbos. Pronomes pessoais*. Rio de Janeiro, 1960.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro, 1960.
- . *Moderna gramática portuguesa*. Quarta edição. São Paulo, 1963.
- CÂMARA, Joaquim Mattoso, Jr. *Contribuição à estilística portuguesa*. Segunda edição, Rio de Janeiro, 1953.
- FIGUEIREDO, José Nunes de, e Antonio Gomes FERREIRA. *Compêndio de gramática portuguesa*. Lisboa, 1965.
- HAMPEJS, Zdeněk. "Alguns problemas do infinito conjugado no português", *Boletim de Filologia* 18.177-194 (1957).
- . "Nota sintático-estilística sobre o infinitivo flexionado português", *Revista Brasileira de Filologia* 5.115-118 (1960).
- MAURER, Theodor Henrique, Jr. "O emprego do infinito pessoal e impessoal", *Revista Brasileira de Filologia* 3.194-57 (1957).
- Modern Portuguese*. Autores: Richard Barrutia, Fred P. Ellison, Francisco Gomes de Matos, Frederick Hensey, Henry W. Hoge, James L. Wyatt. 2 volumes. Identity Publishing Company, Austin, Texas, 1966.
- MOFFAT, Lucius Gaston. "Origin and Development of the Personal Infinitive in Portuguese", *Revista de Estudos Hispânicos* 1.35-60 (1967).
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. "O problema do infinito pessoal em português", *A lingua portuguesa* 5.7-15 (1938).

- SAID ALL, Manuel. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 1919.
- SCHNERR, Walter J. "Notes on the Use of the Infinitive in Brazilian Portuguese", *Luso-Brazilian Review* 3.63-79 (1968).
- STEN, Holger. "Accusatif + infinitif et nominatif + infinitif", *Boletim de Filologia* 12.45-59 (1951).
- . *L'infinitivo impessoal et l'infinitivo pessoal en portugais moderne*", *Boletim de Filologia* 13.83-142, 201-256 (1952).
- . "Les temps de l'infinitif portugais", *Boletim de Filologia* 14.96-127 (1953).
- THOMAS, Earl W. "The changing Brazilian Language, *Kentucky Foreign Language Quartely* 8.30-36 (1961).
- . "Emerging Patterns of the Brazilian Language". *New Perspectives of Brazil*, ed. Eric Baklanoff. pp. 264-279. Vanderbilt University, 1966.
- TOGEBY, Knud. "L'énigmatique infinitif personnel en portugais", *Studia Neophilologica* 27.211-218 (1955).

OUTRAS OBRAS

- HAMPEJS, Zdenek. "Um nóvo estudo sôbre o infinito pessoal em português", "*Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa* 9.162-164 (1958).
- . "Acerca de la infinitividad del infinitivo português conjugado", *Annali, Istituto Universitario Orientale, Sezione Linguistica*. pp. 53-57. Nápoles (1959).
- . "Poznámky ke skladbe portugalskeho infinitivu casa vaneho", *Casopis pro Moderní Filologii* 41.142-157.
- MAURER, Theodoro Henrique, Jr. *Dois problemas da língua portuguesa: O Infinito pessoal e o pronome se*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim 128, Filologia Românica 3. São Paulo, 1951.
- NÓBREGA, Arthur Raggio. *Sintaxe do Infinito*. Rio de Janeiro, 1930.
- SANDFELD, Kristian. *L'infinitif*. Copenhagen-Paris, 1943.